

Lisboa, 25 de Junho de 1980.

Pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Economistas:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos Agrários:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha
Mercante:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Engenheiros do Norte:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte:
(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas:
João de Deus Leal Silvério.

Pelo Conselho de Gerência dos Petróleos de Portugal, E. P. —
Petrogal:
(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Fesint — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de
Escritório e Serviços:
António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pelo Sindeq — Sindicato Democrático da Química:
António Maria Teixeira de Matos Cordeira.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Sociais:
António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pela Fesint — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de
Escritório e Serviços:
António Maria Teixeira de Matos Cordeiro.

Pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul:
(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Fesint representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e
Comércio do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Dis-
trito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Dis-
trito do Porto.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por um membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e sede da Fesint, 20 de Junho de 1980. —
Pelo Secretariado, (Assinatura ilegível.)

Depositado em 13 de Outubro de 1980, a fl. 94 do
livro n.º 2, com o n.º 275/80, nos termos do artigo 24.º
do Decreto-Lei n.º 519-CI/79.

CCT entre a Assoc. do Comércio Automóvel de Portugal e outras e a Feder. dos Sind. da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e outras

INDICE

Capítulo I — Área, âmbito, vigência e denúncia.

- Cláusula 1.ª — Área e âmbito.
- Cláusula 2.ª — Vigência.
- Cláusula 3.ª — Denúncia do contrato.

Capítulo II — Admissão e carreira profissional.

Secção I — Princípios gerais.

Subsecção I — Conceitos gerais.

- Cláusula 4.ª — Definição de categorias profissio-
nais.
- Cláusula 5.ª — Enquadramento profissional.
- Cláusula 6.ª — Classificação profissional.
- Cláusula 7.ª — Idade e habilitações mínimas.
- Cláusula 8.ª — Condições de admissão.
- Cláusula 9.ª — Exames médicos.

Subsecção II — Promoção e acesso.

- Cláusula 10.ª — Definição.
- Cláusula 11.ª — Condições de promoção e acesso.

Subsecção III — Dotações mínimas e quadros de den- sidade.

- Cláusula 12.ª — Dotações mínimas.
- Cláusula 13.ª — Quadros de densidade.

Subsecção IV — Regulamento de aprendizagem e tiro- cínio.

- Cláusula 14.ª — Princípios gerais.
- Cláusula 15.ª — Promoções.
- Cláusula 16.ª — Júris de exame de avaliação.
- Cláusula 17.ª — Consequências das reprovações.
- Cláusula 18.ª — Incidência dos exames.
- Cláusula 19.ª — Programas.
- Cláusula 20.ª — Duração da aprendizagem.
- Cláusula 21.ª — Duração do tirocínio.

Secção II — Regimes especiais.

Subsecção I — Regimes especiais.

- Cláusula 22.ª — Regimes especiais.

Subsecção II — Trabalhadores de escritório e correla- tivos.

- Cláusula 23.ª — Idade mínima de admissão.

Subsecção III — Trabalhadores técnicos de desenho.

- Cláusula 24.ª — Carreiras profissionais.

Subsecção IV — Trabalhadores da construção civil.

- Cláusula 25.ª — Idade de admissão.
- Cláusula 26.ª — Habilitações mínimas.

Subsecção v — Trabalhadores electricistas.

- Cláusula 27.* — Habilitações mínimas.
Cláusula 28.* — Promoções e acesso.

Subsecção vi — Trabalhadores técnicos de serviço social.

- Cláusula 29.* — Condições de admissão.

Subsecção vii — Trabalhadores de hotelaria.

- Cláusula 30.* — Condições de admissão.
Cláusula 31.* — Título profissional.
Cláusula 32.* — Direito à alimentação.
Cláusula 33.* — Aprendizagem.

Subsecção viii — Trabalhadores de enfermagem.

- Cláusula 34.* — Condições de admissão.

Subsecção ix — Trabalhadores de garagem.

- Cláusula 35.* — Idade de admissão.

Subsecção x — Trabalhadores fogueiros.

- Cláusula 36.* — Regulamento profissional.

Capítulo iii — Direitos e deveres das partes.

- Cláusula 37.* — Deveres dos trabalhadores.
Cláusula 38.* — Deveres das entidades patronais.
Cláusula 39.* — Garantias dos trabalhadores.
Cláusula 40.* — Transferência do local de trabalho.
Cláusula 41.* — Trespasse do estabelecimento.
Cláusula 42.* — Quotizações.

Capítulo iv — Prestação de trabalho.

- Cláusula 43.* — Definição de horário de trabalho.
Cláusula 44.* — Período normal de trabalho.
Cláusula 45.* — Fixação do horário de trabalho.
Cláusula 46.* — Serviços temporários.
Cláusula 47.* — Trabalho extraordinário (conceito).
Cláusula 48.* — Limites de trabalho extraordinário.
Cláusula 49.* — Trabalho extraordinário e turnos.
Cláusula 50.* — Remuneração do trabalho extraordinário.
Cláusula 51.* — Trabalho nocturno.
Cláusula 52.* — Trabalho em regime de turnos.

Capítulo v — Remunerações mínimas.

- Cláusula 53.* — Condições especiais de retribuição.
Cláusula 54.* — Retribuição do trabalho em dias feriados ou de descanso.
Cláusula 55.* — Subsídio de Natal.

Capítulo vi — Deslocações em serviço.

- Cláusula 56.* — Conceitos gerais.
Cláusula 57.* — Pequenas deslocações.
Cláusula 58.* — Direitos dos trabalhadores nas pequenas deslocações.
Cláusula 59.* — Grandes deslocações.
Cláusula 60.* — Grandes deslocações no continente.
Cláusula 61.* — Grandes deslocações ao estrangeiro, regiões autónomas e Macau.
Cláusula 62.* — Doença do pessoal nas grandes deslocações.
Cláusula 63.* — Regime especial de deslocações.
Cláusula 64.* — Falecimento do pessoal deslocado.
Cláusula 65.* — Férias do pessoal deslocado.
Cláusula 66.* — Período de inactividade.
Cláusula 67.* — Seguro do pessoal deslocado.

Capítulo vii — Suspensão da prestação de trabalho.

- Cláusula 68.* — Subsídio de férias.

Capítulo viii — Prestações complementares.

Secção i — Subsídio complementar de doença.

- Cláusula 69.* — Conceito e âmbito.
Cláusula 70.* — Quantitativo de complemento do subsídio.
Cláusula 71.* — Contrôlo da situação de doença pela entidade patronal.
Cláusula 72.* — Perda do direito ao complemento.

Secção ii — Subsídio complementar das indemnizações por acidente de trabalho.

- Cláusula 73.* — Subsídio complementar das indemnizações por acidente de trabalho.

Secção iii — Refeitório.

- Cláusula 74.* — Refeitório.

Capítulo ix — Do trabalho das mulheres e dos menores.

- Cláusula 75.* — Condições especiais do trabalho dos menores.

Capítulo x — Comissão paritária.

- Cláusula 76.* — Constituição.
Cláusula 77.* — Competência.
Cláusula 78.* — Funcionamento.

Capítulo xi — Disposições finais.

- Cláusula 79.* — Actualizações.
Cláusula 80.* — Reclassificação profissional.
Cláusula 81.* — Princípio geral de igualdade de tratamento.
Cláusula 82.* — Carácter globalmente mais favorável.
Cláusula 83.* — Efeitos das tabelas.
Cláusula 84.* — Notas para a execução do CCTV.

Anexo i — Tabelas salariais.

Critério diferenciador de tabelas.

Anexo ii — Enquadramentos.

Anexo iii — Definições de funções.

CAPÍTULO I

Área, âmbito, vigência e denúncia

Cláusula I.*

(Área e âmbito)

1 — O presente contrato aplica-se em todo o território do continente, por um lado, às empresas representadas pelas seguintes associações patronais:

ACAP — Associação do Comércio Automóvel de Portugal;

AIMA — Associação dos Industriais de Montagem de Automóveis;

ARAS — Associação dos Reparadores de Automóveis do Sul;

ARAN — Associação do Ramo Automóvel do Norte,

bem como às empresas de reparação de automóveis e respectivos subsectores de garagens, estações de serviço, postos de abastecimento de combustíveis e postos de assistência a pneumáticos, representadas pela Associação Industrial do Minho (AIM) e, por outro lado, aos trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a categoria profissional atribuída, desde que representados pelas associações sindicais outorgantes.

2 — Aplica-se ainda à actividade comercial das empresas localizadas nos Açores e Madeira e filiadas na ACAP e respectivos trabalhadores.

3 — Excluem-se do âmbito do presente contrato as empresas representadas pelas Associações outorgantes (ARAN e AIM) que exerçam exclusivamente as actividades de garagens, estações de serviço, postos de abastecimento de combustíveis, parques de estacionamento e postos de assistência a pneumáticos e ainda:

As que nas actividades acima mencionadas empreguem de seis a doze trabalhadores e pos-

suam, além daquelas actividades, apenas uma secção comercial a que esteja adstrito um único trabalhador, desde que a secção comercial tenha uma facturação inferior a 50 % da facturação geral da empresa.

As que nas actividades acima mencionadas empreguem mais de doze trabalhadores e possuam, além daquelas actividades, apenas uma secção comercial a que estejam adstritos apenas um ou dois trabalhadores, desde que a secção comercial tenha uma facturação inferior a 50 % da facturação geral da empresa.

4 — Todavia, aos trabalhadores que prestem serviço nas secções de comércio automóvel das empresas referidas no número anterior aplicar-se-á o presente CCTV.

Cláusula 2.^a

(Vigência)

O presente contrato entra em vigor após a sua publicação nos termos da lei e vigora por um período de vinte e quatro meses; as tabelas salariais vigorarão por um período de doze meses.

Cláusula 3.^a

(Denúncia do contrato)

1 — As tabelas salariais e cláusulas com expressão pecuniária poderão ser denunciadas decorridos dez meses sobre a data da sua publicação, podendo o restante clausulado ser denunciado com a antecedência máxima de cento e oitenta dias em relação ao termo do respectivo período de vigência.

2 — Terminado o prazo de vigência do contrato sem que haja denúncia do mesmo, considera-se automaticamente renovado, por períodos de noventa dias, se não for denunciado nos trinta dias imediatamente anteriores ao termo de cada um dos períodos em curso.

3 — Em caso de denúncia por qualquer das partes, a outra parte terá de apresentar a respectiva resposta no prazo máximo de trinta dias a contar da recepção da proposta, iniciando-se as negociações nos quinze dias subsequentes.

CAPÍTULO II

Admissão e carreira profissional

SECÇÃO I

Princípios gerais

SUBSECÇÃO I

Conceitos gerais

Cláusula 4.^a

(Definição das categorias profissionais)

No anexo III deste contrato são definidas as categorias profissionais por ele abrangidas com a indicação das tarefas que lhes são incumbidas.

Cláusula 5.^a

(Enquadramento profissional)

As categorias profissionais do presente CCTV constam do enquadramento profissional definido (anexo II).

Cláusula 6.^a

(Classificação profissional)

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente CCTV serão obrigatoriamente classificados pelas entidades patronais de acordo com as funções efectivamente desempenhadas e num prazo máximo de sessenta dias, a contar da data da sua entrada em vigor, produzindo a classificação efeitos a partir desta data.

2 — É vedado às entidades patronais atribuir aos trabalhadores categorias profissionais e graus de enquadramento diferentes dos estabelecidos neste contrato.

3 — As categorias profissionais e ou definições de funções omissas serão estabelecidas e integradas, pela comissão paritária, nos graus de enquadramento que lhes corresponderem.

Cláusula 7.^a

(Idade e habilitações mínimas)

1 — A idade mínima de admissão é de quinze anos.

2 — As habilitações mínimas exigidas são o 9.º ano unificado ou cursos oficiais ou particulares equiparados.

3 — As habilitações referidas no número anterior não serão exigidas aos trabalhadores que à data da entrada em vigor do presente contrato já desempenhem as correspondentes profissões.

Cláusula 8.^a

(Condições de admissão)

1 — Para o preenchimento de lugares na empresa, através de novas admissões ou promoções, o homem e a mulher estão em iguais condições, desde que satisfaçam os requisitos exigidos para a função, nomeadamente os estabelecidos neste contrato.

2 — Para o preenchimento de lugares na empresa, a entidade patronal dará preferência aos trabalhadores já em serviço, desde que a entidade patronal considere que esses trabalhadores reúnem condições necessárias para o preenchimento dos referidos lugares.

3 — Salvo acordo em contrário, a entidade patronal que admita um trabalhador obriga-se a respeitar a categoria profissional e grau de enquadramento por este adquiridos anteriormente, desde que o trabalhador apresente, para o efeito, no acto de admissão, documento comprovativo da categoria profissional ou grau adquiridos ao serviço da entidade patronal anterior.

4 — Quando qualquer trabalhador transitar, por transferência acordada, de uma empresa para outra.

da qual a primeira seja associada, tenha administradores ou sócios gerentes comuns, ser-lhe-á contada, para todos os efeitos, a data da admissão na primeira.

5 — A admissão deve constar de um documento, escrito e assinado por ambas as partes, sendo um exemplar entregue ao trabalhador e outro enviado ao sindicato respectivo, no prazo de quinze dias, do qual conste o seguinte:

- a) Nome completo;
- b) Categoria profissional;
- c) Grau do CCTV;
- d) Remuneração;
- e) Horário de trabalho;
- f) Local de trabalho;
- g) Condições particulares de trabalho, quando existam.

6 — A contagem do tempo de aprendizagem e tirocínio da mesma profissão far-se-á em relação à soma dos períodos de trabalho prestado numa ou em várias entidades patronais deste ramo de actividade, desde que seja certificado por escrito o cumprimento dos respectivos períodos.

7 — A entidade patronal que readmitir ao seu serviço um trabalhador que tiver pertencido ao seu quadro permanente e cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido nos três anos anteriores a essa readmissão fica obrigada a contar-lhe, na antiguidade, o tempo de trabalho que ele prestou até à rescisão.

8 — Sempre que se verifiquem vagas no quadro dos caixeiros deverá ser dada preferência aos serventes que se encontrem ao serviço da empresa.

9 — No preenchimento de vagas para a categoria de inspector de vendas deverá ser dada preferência a vendedores do quadro da empresa.

Cláusula 9.^a

(Exames médicos)

1 — Antes da admissão dos trabalhadores, as empresas devem promover a realização de exames médicos a fim de verificarem a sua aptidão para o exercício da respectiva actividade, designadamente se o candidato tem saúde e robustez para ocupar o lugar.

2 — Se o trabalhador for reprovado por inaptidão física, deve o médico comunicar-lhe as razões da sua exclusão, com informação sobre o seu estado de saúde.

SUBSECÇÃO II

Promoção e acesso

Cláusula 10.^a

(Definição)

Constitui promoção ou acesso a passagem de um trabalhador a um grau mais elevado do seu enquadramento profissional ou a mudança para outro serviço de natureza e hierarquia a que corresponda uma escala de retribuições mais elevada.

Cláusula 11.^a

(Condições de promoção e acesso)

1 — Em relação aos trabalhadores metalúrgicos, electricistas, da construção civil e da hotelaria, observar-se-á o seguinte:

a) Os profissionais do 3.º escalão que completarem dois anos de permanência na mesma empresa e na categoria profissional respectiva ascenderão automaticamente ao escalão imediatamente superior, salvo se a entidade patronal comprovar por escrito a inaptidão do trabalhador;

b) Os profissionais do 2.º escalão que completarem quatro anos de permanência na mesma empresa e na categoria profissional respectiva ascenderão automaticamente ao escalão imediatamente superior, salvo se a entidade patronal comprovar por escrito a inaptidão do trabalhador;

c) No caso de o trabalhador não aceitar a prova apresentada pela empresa nos termos das alíneas a) e b) para a sua não promoção, terá o direito de exigir um exame técnico-profissional, a efectuar no seu posto normal de trabalho, sendo no caso do cozinheiro realizado no organismo competente;

d) Os exames a que se refere a alínea anterior destinam-se exclusivamente a averiguar a aptidão do trabalhador para o exercício das funções normalmente desempenhadas no seu posto de trabalho e serão efectuados por um júri composto por dois elementos, um em representação dos trabalhadores e outro em representação da empresa. O representante dos trabalhadores será designado pelo delegado sindical (quando exista apenas um), pela comissão sindical ou, na sua falta, pelo sindicato respectivo.

2 — Em relação aos trabalhadores do comércio e de escritório, observar-se-á o seguinte:

a) O praticante de caixeiro será obrigatoriamente promovido a caixeiro-ajudante logo que complete três anos de prática ou 18 anos de idade;

b) O caixeiro-ajudante será obrigatoriamente promovido a terceiro-caixeiro logo que complete dois anos de permanência na categoria;

c) O terceiro-caixeiro e o segundo-caixeiro ascenderão obrigatoriamente à classe imediata após três anos de permanência na categoria;

d) Os terceiros-escriturários e os segundos-escriturários ascenderão obrigatoriamente à classe imediata após três anos de permanência na categoria;

e) Os paquetes, após três anos de prática ou quando atingirem 18 anos de idade, serão promovidos a estagiários; não possuindo as habilitações para estagiário, serão promovidos a contínuos ou ponteiros;

f) Estagiários e dactilógrafos:

Os estagiários, após dois anos de permanência nesta categoria, ou logo que atinjam 21 anos de idade, ascenderão a terceiros-escriturários, tendo, em qualquer caso, de prestar um mínimo de quatro meses de estágio;

g) Os dactilógrafos serão equiparados para todos os efeitos a terceiros-escriturários, após dois anos de permanência naquela categoria ou logo que atinjam 21 anos de idade, sem prejuízo de continuarem adstritos ao seu próprio serviço;

h) Para os efeitos previstos nesta cláusula, conta-se a antiguidade que o trabalhador tiver na categoria

profissional à data da entrada em vigor do presente contrato.

3 — No sector de garagens observar-se-á o seguinte:

O estagiário a lavador, após três meses de prática, será obrigatoriamente promovido a lavador; o estagiário a lubrificador, após um ano de prática, será obrigatoriamente promovido a lubrificador; o candidato a recepcionista (garagens), logo que complete dois anos de prática, será obrigatoriamente promovido a recepcionista.

SUBSECÇÃO III

Dotações mínimas e quadros de densidade

Cláusula 12.ª

(Dotações mínimas)

I — Caixeiros:

1 — a) Nos estabelecimentos com secções diferenciadas com três ou mais caixeiros, será obrigatória a existência de um caixeiro chefe de secção ou caixeiro-encarregado;

b) Havendo dois ou mais caixeiros chefes de secção ou caixeiros-encarregados, terá de haver, pelo menos, um caixeiro-encarregado geral;

c) Não havendo secções diferenciadas:

De três a dez caixeiros, terá de haver um caixeiro chefe de secção ou caixeiro-encarregado; Com mais de dez caixeiros, terá de haver um caixeiro-encarregado geral, mantendo-se a proporção de um caixeiro chefe de secção ou caixeiro-encarregado por cada dez caixeiros.

2 — No número de caixeiros previsto nas alíneas do número anterior não se incluem os caixeiros-ajudantes.

3 — Consideram-se secções diferenciadas as que, estando ou não fisicamente separadas, têm trabalhadores cujos serviços são exclusiva ou predominantemente específicos.

Exemplos: secção de balcão público; secção de província; secção de balcão oficina, etc.

4 — A percentagem de praticantes não poderá exceder 2+25 % do número de caixeiros, e a de serventes será no máximo de 50 %.

II — Trabalhadores de escritório:

a) Nos estabelecimentos com secções diferenciadas com cinco ou mais trabalhadores de escritório será obrigatória a existência de um chefe de secção;

b) Havendo dois ou mais chefes de secção, terá de haver, pelo menos, um chefe de departamento;

c) Não havendo secções diferenciadas:

De cinco a dez trabalhadores de escritório, terá de haver um chefe de secção;

Com mais de dez trabalhadores de escritório, terá de haver um chefe de departamento, mantendo-se a proporção de um chefe de secção por cada dez trabalhadores de escritório;

Havendo dois ou mais chefes de departamento, terá de haver, pelo menos, um chefe de divisão.

III — Técnicos de vendas:

a) A partir de três vendedores trabalhando no mesmo local, haverá obrigatoriamente um chefe de vendas;

b) A partir de cinco até dez vendedores (incluindo caixeiros-viajantes e de praça), haverá obrigatoriamente um inspector de vendas;

c) A partir de dez e por cada grupo de cinco vendedores (incluindo caixeiros-viajantes e de praça), haverá um inspector de vendas.

IV — Trabalhadores de armazém:

Deverão ser observadas as seguintes proporções:

Até aos dez trabalhadores, terá de haver um fiel de armazém;

De dez a quinze trabalhadores, terá de haver um encarregado de armazém e um fiel de armazém;

De dezasseis a vinte e cinco trabalhadores, terá de haver um encarregado de armazém e dois fiéis de armazém;

Com vinte e cinco ou mais, terá de haver um encarregado geral, mantendo-se as proporções anteriores quanto a encarregados e fiéis de armazém.

V — Trabalhadores metalúrgicos:

1 — As empresas que tenham apenas um trabalhador ao seu serviço que seja o executante predominante do trabalho da oficina atribuir-lhe-ão o 1.º escalão.

2 — O trabalhador do 1.º escalão que desempenhe funções a que corresponda a categoria de trabalhador de qualificação especializada deverá ser reclassificado nessa categoria.

VI — Trabalhadores da construção civil:

Nos locais de trabalho onde o estabelecimento tenha mais de vinte trabalhadores haverá um encarregado por cada grupo.

Cláusula 13.ª

(Quadros de densidade)

Para as empresas que se venham a constituir e no respeitante ao início da sua actividade deverão ser observados os seguintes quadros de densidade:

Trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos

Número de trabalhadores	Escalaões			
	1.ª	2.ª	3.ª	Praticantes
1	—	1	—	—
2	1	—	—	1
3	1	—	1	1
4	1	1	1	1
5	1	2	1	1
6	1	2	1	2
7	1	2	2	2
8	2	2	2	2
9	2	3	2	2
10	2	3	3	2

Trabalhadores de escritório

Número de trabalhadores	Escalaões			
	1.ª-E	2.ª-E	3.ª-E	Estagiários
1	—	1	—	—
2	1	—	—	1
3	1	—	1	1
4	1	1	1	1
5	1	2	1	1
6	1	2	1	2
7	1	2	2	2
8	2	2	2	2
9	2	3	2	2
10	2	3	3	2

Trabalhadores electricistas

Número de trabalhadores	Oficiais	Pré-oficiais	Ajudantes
1	1	—	—
2	1	—	1
3	1	1	1
4	2	1	1
5	3	1	1
6	3	1	2
7	3	2	2
8	4	2	2
9	5	2	2
10	5	3	2

Trabalhadores cozinheiros

Número de trabalhadores	Escalaões		
	1.ª	2.ª	3.ª
1	—	—	1
2	—	—	2
3	—	1	2
4	—	1	3
5	—	2	3
6	—	2	4
7	—	3	4
8	1	3	4
9	1	3	5
10	1	3	6

SUBSECÇÃO IV

Regulamento de aprendizagem e tirocínio

Cláusula 14.ª

(Princípios gerais)

1 — Podem ser admitidos como aprendizes os jovens com um mínimo de 15 anos de idade para ingresso em categoria profissional onde, nos termos do presente CCTV, seja permitida a aprendizagem. As habilitações literárias mínimas para admissão

como aprendiz são a escolaridade obrigatória ou equivalente.

2 — As empresas deverão promover, isoladamente ou em comum, a criação e funcionamento de centros de aprendizagem.

3 — O objecto da aprendizagem é a formação profissional para as profissões constantes do anexo II, mediante a correspondente retribuição, constante do anexo I do presente CCTV.

4 — O aprendiz não pode ser responsabilizado por eventuais deteriorações que provoque nos equipamentos e materiais que maneje resultantes da sua natural inexperiência no exercício da aprendizagem nem ser-lhe exigida contribuição efectiva para a produtividade da empresa.

5 — Quando cessar um contrato com um aprendiz ou praticante, a empresa obriga-se a passar-lhe certificado referente ao tempo de formação profissional e ao aproveitamento que já possui, com a indicação da profissão ou profissões em que tal se verificou.

6 — O tempo de aprendizagem ou tirocínio dentro da mesma profissão ou profissões afins, independentemente da empresa em que tenha sido prestado, conta-se sempre para efeitos de antiguidade, desde que seja certificado nos termos do número anterior.

7 — Quando durante o período de aprendizagem na empresa qualquer aprendiz conclua o curso complementar de aprendizagem ou de formação profissional das escolas do ensino técnico oficial ou particular equiparado ou estágio devidamente certificado de um centro de formação profissional, será obrigatoriamente promovido a praticante, no prazo de três meses sobre o termo de um ou outro dos referidos cursos.

Cláusula 15.ª

(Promoções)

1 — Ascenderão automaticamente a praticantes os aprendizes que hajam terminado o seu período de aprendizagem e ao grau imediato os praticantes que hajam completado o seu período de tirocínio, a não ser que, existindo na empresa o programa de aprendizagem e tirocínio correspondente à cláusula 19.ª, a entidade patronal, através de documento escrito devidamente fundamentado, venha justificar a inaptidão do aprendiz ou praticante.

2 — Independentemente do circunstancialismo previsto no número anterior, o aprendiz ou praticante, a partir do momento em que se julgue apto para a promoção, poderá requerer exame, ainda que não estejam esgotados os prazos para a aprendizagem ou tirocínio. Este exame deverá estar concluído dentro dos trinta dias imediatos ao seu requerimento.

3 — A justificação de inaptidão em documento escrito a que se refere o n.º 1 desta cláusula deverá ser feita até quinze dias antes do termo do período de aprendizagem ou tirocínio.

4 — O exame deverá estar concluído, e os resultados afixados, até cinco dias antes do termo do período de aprendizagem ou tirocínio.

5 — O incumprimento do prazo referido no número anterior por culpa da entidade patronal implica o acesso do candidato ao escalão imediato, sem quaisquer outras formalidades.

Cláusula 16.ª

(Júris de exame de avaliação)

1 — Os exames de avaliação previstos nas cláusulas 15.ª e 18.ª serão efectuados por um júri com a seguinte composição:

- a) Um representante da entidade patronal;
- b) Um representante do candidato.

2 — Nos casos em que o júri referido no número anterior não consiga chegar a acordo com o resultado do exame, será chamado a fazer parte do mesmo um terceiro elemento, que deverá ser em regra e sempre que possível o responsável pela formação profissional que acompanhou o aprendiz ou tirocinante durante o período de aprendizagem ou tirocínio, salvo quando essa responsabilidade tenha competido directamente à entidade patronal. Quando ao fim de quinze dias não existir consenso quanto ao terceiro elemento do júri, será dada oportunidade ao candidato de escolher o terceiro elemento de entre os trabalhadores da empresa mais qualificados na respectiva especialidade, à excepção do delegado sindical respectivo.

3 — Nos casos em que o candidato tenha de ser submetido a novos exames, haverá sempre um terceiro elemento no júri, por consenso das partes, nos moldes do número anterior.

Cláusula 17.ª

(Consequências das reprovações)

1 — A segunda reprovação dentro do mesmo ano de formação profissional dá à entidade patronal o direito de, nos quinze dias imediatos à notificação da mesma, propor à comissão sindical ou ao sindicato a reciclagem do candidato, na mesma ou noutra categoria profissional, por um período de mais de seis meses, tendo aqueles o direito de acompanhar todo o processo.

2 — Independentemente do circunstancialismo previsto no número anterior, os aprendizes e praticantes terão o direito à remuneração correspondente à respectiva posição na carreira profissional, de acordo com as posições do anexo I, «Quadros de remunerações de aprendizes e praticantes».

3 — No caso de total falta de aproveitamento do candidato, o seu contrato de trabalho considerar-se-á caducado, obrigando-se a entidade patronal a admitir em sua substituição outro aprendiz ou praticante.

Cláusula 18.ª

(Incidência dos exames)

1 — Os exames incidirão não-somente sobre a matéria constante do programa de aprendizagem e tirocínio.

2 — Havendo desconformidade entre o objecto do exame e o programa de formação ministrado, poderá o candidato reclamar por escrito para o júri; caso exista culpabilidade exclusiva da entidade patronal, o candidato será automaticamente promovido; caso não exista culpabilidade exclusiva da entidade patronal e a reclamação se mostrar atendível, o júri promoverá a repetição do exame.

3 — Os exames destinam-se exclusivamente a averiguar a aptidão do examinado face ao programa de aprendizagem e tirocínio.

Cláusula 19.ª

(Programas)

1 — No máximo de quinze dias após o início da aprendizagem ou tirocínio, a entidade patronal entregará aos interessados os respectivos programas de formação profissional e apresentará os responsáveis respectivos.

2 — Os programas deverão integrar-se equilibradamente no conjunto das actividades da empresa, tendo em conta as máquinas, o equipamento técnico ou oficial e os meios humanos disponíveis.

3 — Será remetida cópia dos programas ao sindicato respectivo, dentro do prazo fixado no n.º 1 desta cláusula.

Cláusula 20.ª

(Duração da aprendizagem)

1 — A duração da aprendizagem não poderá ultrapassar três, dois ou um ano, conforme os aprendizes forem admitidos com 15, 16 ou 17 anos de idade, respectivamente.

2 — O aprendiz que perfaça 18 anos de idade será promovido ao escalão imediatamente superior, desde que permaneça um mínimo de doze meses como aprendiz.

Cláusula 21.ª

(Duração do tirocínio)

1 — O período máximo de tirocínio dos praticantes será de:

- a) Nas profissões do grau 8 que admitam tirocínio:

- 1) Dois anos para os candidatos que concluírem a aprendizagem;

- 2) Três anos para os candidatos que não tenham frequentado qualquer escola de aprendizagem. Estes, no primeiro ano, serão designados por praticantes iniciados;

b) Para as profissões dos graus 9 e 10 que admitam tirocínio, três, dois ou um ano, conforme tenham sido admitidos com 15, 16 ou 17 anos de idade, respectivamente.

SECÇÃO II

Regimes especiais

SUBSECÇÃO I

Regimes especiais

Cláusula 22.^a

(Regimes especiais)

A carreira profissional dos trabalhadores abrangidos por este contrato fica sujeita às regras especiais constantes deste CCTV.

SUBSECÇÃO II

Trabalhadores de escritório e correlativos

Cláusula 23.^a

(Idade mínima de admissão)

As idades mínimas de admissão são as seguintes:

- a) 15 anos;
- b) 18 anos para os contínuos, cobradores, porteiros e guardas.

SUBSECÇÃO III

Trabalhadores técnicos de desenho

Cláusula 24.^a

(Carreiras profissionais)

A) Podem ser admitidos como técnicos de desenho todos os trabalhadores habilitados com diploma dos cursos técnicos seguintes ou que frequentem os indicados na alínea e):

a) Curso de formação industrial (Decreto-Lei n.º 37 029) ou curso geral técnico (mecânica, electricidade, construção civil ou artes visuais/aplicadas);

b) Curso complementar técnico (mecanotecnica, electrotecnia, radiotecnica/electrónica, construção civil, equipamentos e decoração ou artes gráficas);

c) Estágio de desenhador de máquinas ou de construção civil do Serviço de Formação Profissional do Ministério do Trabalho;

d) Curso de especialização de desenhador industrial ou de construção civil das escolas técnicas (Decreto-Lei n.º 37 029) ou curso complementar técnico de desenho industrial;

e) Frequência do 9.º ano do curso secundário unificado, do último ano dos cursos gerais nocturnos ou a frequência dos cursos complementares indicados na alínea b).

B) Arquivistas técnicos e operadores heliográficos: Em caso de admissão para estas profissões:

- a) A habilitação mínima é o ciclo preparatório;
- b) A idade mínima de admissão para operadores heliográficos é de 18 anos.

C) Trabalhadores sem experiência profissional:

a) Os trabalhadores admitidos com a formação escolar indicada em a) do ponto anterior ingressam na profissão com a categoria de tirocinante TD pelo período máximo de dois anos, dividido em dois escalões, 1.º e 2.º ano, findos os quais serão automaticamente promovidos a uma das categorias de técnicos de desenho imediatamente superior;

b) Os trabalhadores admitidos com a formação escolar indicada em b), c) e d) do ponto A) ingressarão na profissão com a categoria de tirocinante TD do 2.º ano, onde permanecerão pelo período máximo de um ano, findo o qual serão automaticamente promovidos a uma das categorias de técnico de desenho imediatamente superior;

c) Os trabalhadores admitidos com a frequência dos cursos indicados na alínea e) do ponto A) ingressam na categoria de tirocinante TD do 1.º ano, onde permanecerão pelo período máximo de três anos. Logo que terminem um dos cursos indicados na alínea b) do ponto A), passarão a tirocinante TD do 2.º ano, onde permanecerão pelo período máximo de seis meses, findo o qual serão automaticamente promovidos a uma das categorias de técnico de desenho imediatamente superior.

D) Reclassificações — disposições transitórias:

Serão reclassificados em desenhador de estudos todos os trabalhadores com a categoria de desenhador.

SUBSECÇÃO IV

Trabalhadores da construção civil

Cláusula 25.^a

(Idade de admissão)

A idade mínima de admissão dos trabalhadores da construção civil é de 18 anos.

Cláusula 26.^a

(Habilitações mínimas)

As habilitações mínimas dos trabalhadores da construção civil são a escolaridade obrigatória.

SUBSECÇÃO V

Trabalhadores electricistas

Cláusula 27.^a

(Habilitações mínimas)

Serão classificados como pré-oficiais os trabalhadores electricistas diplomados pelas escolas oficiais portuguesas nos cursos industriais de electricista ou de montador electricista e ainda os diplomados com os cursos de electricidade da Casa Pia de Lisboa ou do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, de electricidade da marinha de guerra portuguesa da Escola da Marinha Portuguesa ou de mecânico electricista ou radiomontador da Escola Militar de Electromecânica ou com os cursos do Ministério do Trabalho, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-

-Obra, salvo se o Regulamento da Carteira Profissional, legalmente aprovado, estabelecer condições mais favoráveis para o trabalhador.

Cláusula 28.^a

(Promoções e acesso)

1 — A duração da aprendizagem, à excepção do electricista auto, não poderá ultrapassar dois anos, caso os aprendizes sejam admitidos com quinze anos.

2 — O aprendiz que complete 18 anos de idade será promovido ao grau superior, desde que perfaça um mínimo de seis meses de aprendizagem.

3 — Os ajudantes serão promovidos a pré-oficiais logo que completem dois anos nessa categoria profissional.

4 — Os pré-oficiais após dois anos de permanência nessa categoria serão promovidos a oficiais.

SUBSECÇÃO VI

Trabalhadoras técnicas de serviço social

Cláusula 29.^a

(Condições de admissão)

São admitidos como técnicos de serviço social os diplomados por escolas de serviço social oficialmente reconhecidas.

SUBSECÇÃO VII

Trabalhadores de hotelaria

Cláusula 30.^a

(Condições de admissão)

1 — Só podem ser admitidos trabalhadores maiores de 18 anos.

2 — Têm preferência de admissão:

a) Os diplomados pelas escolas profissionais da indústria hoteleira oficialmente reconhecidas e já titulares da respectiva carteira profissional;

b) Os trabalhadores titulares da carteira profissional que tenham sido aprovados em curso de aperfeiçoamento das escolas hoteleiras oficialmente reconhecidas.

Cláusula 31.^a

(Título profissional)

Para as categorias abaixo indicadas, os candidatos terão de preencher os seguintes requisitos:

a) Para controlador-caixa, cozinheiro e dispenseiro, ser maior de 18 anos, possuir a escolaridade obrigatória e ter sido aprovado em exame de aptidão profissional oficialmente reconhecido, precedido de estágio não inferior a doze meses;

b) Para encarregado de refeitório, ser maior de 21 anos e ter sido aprovado em exame de aptidão profissional oficialmente reconhecido, precedido de estágio não inferior a doze meses.

Cláusula 32.^a

(Direito à alimentação)

1 — Nos refeitórios, os trabalhadores apenas têm direito às refeições aí servidas ou confeccionadas.

2 — A alimentação será fornecida em espécie e será igual à das refeições servidas aos utentes.

3 — As horas destinadas às refeições são fixadas pela entidade patronal dentro dos períodos destinados às refeições do pessoal constantes do mapa de horário de trabalho.

4 — Quando os horários destinados às refeições não estejam incluídos nos períodos de trabalho, deverão estes ser fornecidos nos trinta minutos imediatamente anteriores ou posteriores ao início ou termo dos mesmos períodos de trabalho.

5 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a tomar as suas refeições principais com intervalo inferior a cinco horas.

6 — O pequeno-almoço terá de ser tomado até às 10 horas da manhã.

7 — O trabalhador que, por prescrição médica, necessite de alimentação especial (dieta) terá direito a que esta lhe seja fornecida confeccionada ou, no caso de manifesta impossibilidade, em géneros.

8 — Para todos os efeitos deste contrato, o valor da alimentação não pode ser deduzido da parte pecuniária da remuneração.

Cláusula 33.^a

(Aprendizagem)

As profissões enquadradas nas secções de refeitório ou cozinha não admitem aprendizagem.

SUBSECÇÃO VIII

Trabalhadores de enfermagem

Cláusula 34.^a

(Condições de admissão)

Os trabalhadores de enfermagem são os diplomados por escolas oficialmente reconhecidas e que possuem carteira profissional.

SUBSECÇÃO IX

Trabalhadores de garagens

Cláusula 35.^a

(Idade de admissão)

A idade mínima de admissão dos trabalhadores de garagens é de 18 anos.

Trabalhadores fogueiros

(Deveres das entidades patronais)

Cláusula 36.^a

(Regulamento profissional)

As empresas não poderão admitir ou manter ao seu serviço fogueiros que não estejam nas condições do regulamento profissional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46 989, de 30 de Abril de 1966.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres das partes

Cláusula 37.^a

(Deveres dos trabalhadores)

São deveres dos trabalhadores:

- a) Cumprir rigorosamente as disposições do presente contrato;
- b) Exercer as funções que lhes forem cometidas com zelo e competência;
- c) Respeitar e fazer-se respeitar por todos aqueles com quem profissionalmente tenham de privar;
- d) Zelar pelo bom estado e conservação de todo o material que lhes tenha sido confiado, não podendo em caso algum fazer uso abusivo do mesmo;
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas de salubridade, higiene e segurança no trabalho;
- f) Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade e realizar o trabalho que lhes for cometido com zelo e diligência;
- g) Não negociar por conta própria ou alheia em concorrência com a entidade patronal nem divulgar informações respeitantes à propriedade industrial ou comercial, métodos de fabrico e segredos comerciais, bem como, no que respeita à específica actividade de reparação de automóveis, não prestar serviços para reparação de veículos a qualquer outra entidade, ainda que efectuados fora das horas de serviço;
- h) Cumprir os regulamentos internos da empresa, uma vez aprovados pelo Ministério do Trabalho, nos termos da lei, mediante parecer prévio da comissão sindical, da comissão intersindical ou, na falta destas, do sindicato representativo da maioria dos trabalhadores;
- i) Não se deslocar para fora do local de trabalho nas horas de serviço sem autorização do seu superior hierárquico;
- j) Prestar informações com verdade, isenção e espírito de justiça a respeito dos seus subordinados e vice-versa;
- k) Usar os fatos de trabalho que forem distribuídos pela empresa, durante o tempo de serviço, desde que os mesmos se encontrem em boas condições de apresentação;
- m) Cumprir o horário de trabalho estabelecido para a sua actividade profissional, não abandonando a mesma, sem prejuízo do disposto na matéria relativa ao regime de turnos;
- n) Equipar-se e desequipar-se sem prejuízo do cumprimento do seu horário de trabalho.

São deveres das entidades patronais:

- a) Cumprir rigorosamente as disposições do presente contrato;
- b) Providenciar para que haja bom ambiente moral e boas condições materiais no local de trabalho, instalando os trabalhadores em boas condições de higiene e segurança, de acordo com as normas aplicáveis;
- c) Não exigir do trabalhador serviços não compreendidos no objecto do contrato individual, salvo nos casos e condições previstos neste CCTV;
- d) Facilitar a missão dos trabalhadores que sejam dirigentes ou delegados de associações sindicais outorgantes, instituições de previdência ou membros de comissões paritárias, comissões de conciliação e julgamento ou outras a estas inerentes;
- e) Prestar às associações outorgantes, quando pedidos, todos os elementos relativos ao cumprimento deste contrato em relação aos seus associados;
- f) Acompanhar com interesse a aprendizagem dos que ingressam na profissão;
- g) Tratar com correcção os profissionais sob as suas ordens e exigir idêntico procedimento do pessoal investido em funções de chefia, devendo qualquer observação ou admoestação ser feita em particular e de forma a não ferir a dignidade dos trabalhadores;
- h) Indicar para lugares de chefia trabalhadores de comprovado valor profissional e humano, dando conhecimento ao órgão representativo dos trabalhadores na empresa;
- i) Facilitar ao trabalhador a consulta do seu processo individual, sempre que este o solicite;
- j) Zelar por que os trabalhadores ao seu serviço não sejam privados dos meios didácticos, internos ou externos, destinados a melhorarem a própria formação e actualização profissional;
- k) Registrar em documento próprio da empresa, quando solicitado pelo trabalhador, as datas do início e do fim do contrato, bem como a sua categoria profissional.

Cláusula 39.^a

(Garantias dos trabalhadores)

1 — É proibido às empresas:

- a) Opor-se por qualquer forma a que o trabalhador exerça os seus direitos, bem como despedi-lo ou aplicar-lhe sanções por causa desse exercício;
- b) Diminuir a retribuição do trabalhador por qualquer forma, excepto nos casos em que, precedendo autorização do Ministério do Trabalho, haja acordo do trabalhador e parecer do Sindicato;
- c) Baixar a profissão ou escalão do trabalhador, excepto nos casos em que, nas condições legais, precedendo autorização do Ministério do Trabalho, haja acordo do trabalhador e parecer do Sindicato;
- d) Transferir o trabalhador para outro local de trabalho, salvo o disposto na cláusula 40.^a;
- e) Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou a utilizar serviços fornecidos pela empresa ou por pessoas por ela indicadas;
- f) Explorar com fins lucrativos quaisquer cantinas, refeitórios, economatos ou outros estabelecimentos

directamente relacionados com o trabalho para o fornecimento de bens ou prestação de serviços aos trabalhadores;

g) Despedir e readmitir o trabalhador, mesmo com o seu acordo, havendo o propósito de o prejudicar ou diminuir direitos ou garantias decorrentes da antiguidade;

h) Exercer pressão sobre o trabalhador para que actue no sentido de influir desfavoravelmente nas condições de trabalho, dele ou dos seus companheiros;

i) Mudar o trabalhador de secção ou sector, ainda que seja para exercer as mesmas funções, sem o seu prévio consentimento, quando tal mudança implique condições de trabalho mais desfavoráveis;

j) Impedir aos trabalhadores o acesso aos serviços dos técnicos de assistência social da empresa, sem prejuízo da normal laboração desta e do disposto na alínea i) da cláusula 37.ª;

l) Descontar na retribuição dos trabalhadores quaisquer importâncias a que se julguem com direito, salvo nos casos previstos na lei.

— A violação das garantias estabelecidas nesta cláusula constitui justa causa de rescisão por parte do trabalhador, com direito às indemnizações previstas neste contrato.

3 — Constituem violação das leis do trabalho, e como tal serão punidas, as infracções ao disposto nesta cláusula.

Cláusula 40.ª

(Transferência do local de trabalho)

1 — Entende-se por transferência a mudança do local de trabalho com carácter de permanência, estabilidade e definitividade.

2 — As entidades patronais só podem transferir os trabalhadores para outro local de trabalho com o seu acordo escrito, salvo quando da transferência não resulte uma variação sensível, ou de qualquer forma mais prejudicial, do tempo de trajeto para esse local.

3 — Em caso de mudança total ou parcial do estabelecimento, os trabalhadores poderão, contudo, e salvo acordo em contrário, ser transferidos, desde que essa transferência não lhes cause prejuízo sério.

4 — Em caso de transferência do local de trabalho a título definitivo, a entidade patronal custeará as despesas de transporte do trabalhador e agregado familiar, mobiliário e outros bens.

5 — Se a transferência do local de trabalho não envolver mudança de residência do trabalhador, a entidade patronal deverá custear o acréscimo de despesas de transporte e remunerar a diferença do tempo gasto no trajeto.

6 — O trabalhador em caso de transferência do local de trabalho a título provisório considera-se em regime de deslocação, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3.

Cláusula 41.ª

(Traspasse do estabelecimento)

1 — A posição que dos contratos de trabalho decorre para a entidade patronal transmite-se ao adquirente, por qualquer título, do estabelecimento onde os trabalhadores exerçam a sua actividade, salvo se antes da transmissão o contrato de trabalho houver deixado de vigorar nos termos legais ou se tiver havido acordo entre o transmitente e o adquirente no sentido de os trabalhadores continuarem ao serviço daquele outro estabelecimento, sem prejuízo do disposto na cláusula 40.ª

2 — O adquirente do estabelecimento é solidariamente responsável pelas obrigações do transmitente vencidas, ainda que respeitem a trabalhadores cujos contratos hajam cessado, desde que reclamadas pelos interessados, junto do transmitente e do adquirente, até ao momento da transmissão.

3 — Para efeito do disposto no n.º 2, deverá o adquirente durante os trinta dias anteriores à transmissão fazer afixar um aviso nos locais de trabalho, em lugar bem visível, no qual dê conhecimento aos trabalhadores de que devem reclamar os seus créditos; quanto aos trabalhadores ausentes por motivos justificados, deverá avisá-los no início daquele período por carta registada com aviso de recepção para a última morada por eles comunicada à empresa.

4 — O disposto no presente artigo é aplicável, com as necessárias adaptações, a quaisquer actos ou factos que envolvam a transmissão da exploração do estabelecimento.

Cláusula 42.ª

(Quotizações)

1 — Os sistemas de cobrança de quotas sindicais resultarão de acordo entre as entidades patronais e os delegados sindicais, a comissão sindical ou intersindical, ou, na falta daqueles, com o sindicato respectivo, mediante declaração expressa nesse sentido dos trabalhadores indicando o respectivo sindicato.

2 — No caso de ser firmado o acordo referido no número anterior, as empresas obrigam-se a fazer chegar aos respectivos sindicatos, até ao dia 30 do mês seguinte a que respeitem, o produto das quotizações pela forma que considerarem mais adequada (numerário, cheque ou vale de correio).

3 — No caso de já estarem a ser praticados sistemas de cobrança pelas entidades patronais, estes manter-se-ão em vigor durante o período de doze meses a contar da data da entrada em vigor do presente CCTV.

4 — Dos acordos referidos no n.º 1 e das práticas referidas no número anterior não resultarão, em qualquer caso, encargos para as entidades patronais com a aquisição dos mapas e a sua remessa aos sindicatos.

Cláusula 43.^a

(Definição de horário de trabalho)

Entende-se por horário de trabalho a determinação das horas do início e do tempo de trabalho diário normal, bem como os intervalos de descansos diários

Cláusula 44.^a

(Período normal de trabalho)

1 — Sem prejuízo de horários de menor duração que já estejam a ser praticados, o horário de trabalho é de trinta e nove horas semanais para empregados de escritório, quarenta e duas horas para telefonistas e cobradores, quarenta e quatro horas para os empregados de comércio e armazém e quarenta e cinco horas para os restantes trabalhadores, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

2 — No entanto, é permitido às empresas que, nos subsectores de garagens, estações de serviço, parques de estacionamento, postos de abastecimento de combustíveis e postos de assistência a pneumáticos, pratiquem à data de entrada em vigor do presente contrato um horário de segunda-feira até às 13 horas de sábado continuarem a praticá-lo naqueles subsectores. Os trabalhadores desses subsectores que pratiquem este período de trabalho semanal podem no entanto optar por um período de descanso semanal compreendido entre as 13 horas de sábado e as 13 horas de segunda-feira, com um período de trabalho diário de nove horas de terça-feira a sexta-feira, cinco horas ao sábado e quatro horas à segunda-feira, ou um descanso semanal compreendido entre as 13 horas de sábado e as 24 horas de domingo, com um período de trabalho diário de oito horas de segunda-feira a sexta-feira e cinco horas ao sábado.

3 — A duração do trabalho normal em cada dia não poderá exceder nove horas.

4 — O período normal de trabalho diário será interrompido por um intervalo para refeição ou descanso não inferior a uma nem superior a duas horas, fora do local de trabalho, não podendo os trabalhadores prestar mais de cinco horas seguidas de trabalho.

5 — Consideram-se não abrangidos pelos limites de horário previstos nesta cláusula os vendedores quando actuando fora do estabelecimento patronal, salvo nos casos em que sejam incumbidos de tarefas específicas para além desses limites.

6 — O regime definido nesta cláusula não se aplica ao trabalho por turnos.

CAPÍTULO IV

Prestação do trabalho

Cláusula 45.^a

(Fixação do horário de trabalho)

1 — Compete às entidades patronais estabelecer os horários de trabalho dentro dos condicionalismos da

lei e do presente contrato, devendo os órgãos representativos dos trabalhadores na empresa pronunciar-se sobre tudo o que se refira ao estabelecimento e organização dos horários de trabalho.

2 — As empresas cuja organização de trabalho, produção e condições económico-financeiras o permitam deverão estudar a adopção progressiva do regime do horário de trabalho com duração inferior à prevista na cláusula 44.^a

3 — O cumprimento do horário de trabalho será obrigatório para todos os trabalhadores, devendo as entidades patronais providenciar no sentido de que o *contrôle* do seu cumprimento seja uniforme para todos os que prestem serviço no mesmo estabelecimento, salvo quanto aos isentos de horário de trabalho e aqueles que pela natureza das funções que exerçam não trabalhem em local fixo.

Cláusula 46.^a

(Serviços temporários)

1 — A entidade patronal pode encarregar temporariamente o trabalhador, mediante acordo desde e até ao limite de noventa dias por ano, seguidos ou interpolados, de serviços não compreendidos na sua profissão, desde que não impliquem diminuição na retribuição nem modificação substancial da sua posição.

2 — O acordo do trabalhador será dispensável nos casos fortuitos ou imprevisíveis que possam ocasionar prejuízos sérios que envolvam risco grave para a empresa e enquanto tais circunstâncias perdurarem, devendo em qualquer caso consultar-se os órgãos representativos dos trabalhadores na empresa.

3 — Quando aos serviços temporariamente desempenhados, nos termos do n.º 1, corresponder um tratamento mais favorável, o trabalhador terá direito a esse tratamento.

Cláusula 47.^a

(Trabalho extraordinário — Conceito)

1 — Considera-se trabalho extraordinário o prestado fora do período normal.

2 — Só em casos inteiramente imprescindíveis e justificáveis poderá haver lugar à prestação do trabalho extraordinário.

3 — O trabalhador deve ser dispensado da prestação do trabalho extraordinário quando, por motivos justificáveis, expressamente o solicite.

4 — Em caso de prestação de trabalho extraordinário por período não inferior a duas horas, haverá uma interrupção de quinze minutos entre o termo do período normal e o início do período extraordinário, cujo pagamento será sempre da responsabilidade da entidade patronal.

Cláusula 48.^a

(Limites do trabalho extraordinário)

1 — Nenhum trabalhador poderá efectuar mais de cento e cinquenta horas extraordinárias por ano, salvo na iminência de prejuízos graves para a empresa, a comprovar aos representantes dos trabalhadores.

2 — Em caso de necessidade de prestação de trabalho extraordinário para além do limite fixado no número anterior, este será remunerado com o acréscimo de 75 % sobre a retribuição normal na primeira hora e de 100 % nas restantes.

Cláusula 49.^a

(Trabalho extraordinário e turnos)

Não é permitida a prestação de trabalho extraordinário aos trabalhadores em regime de turnos, salvo na iminência de prejuízos graves para a empresa, e mediante acordo dos trabalhadores.

Cláusula 50.^a

(Remuneração do trabalho extraordinário)

1 — O trabalho extraordinário será remunerado com um acréscimo de 50 % sobre a remuneração normal na primeira hora diária, de 75 % na segunda hora e de 100 % nas restantes, o que se traduz na aplicação das seguintes fórmulas (em que *RH* significa remuneração/hora normal).

Trabalho extraordinário	Trabalho diurno	Trabalho nocturno
1. ^a hora	$1,5 \times RH$	$1,75 \times RH$
2. ^a hora	$1,75 \times RH$	$2 \times RH$
Horas restantes	$2 \times RH$	$2 \times RH$

2 — As horas extraordinárias feitas no mesmo dia não precisam de ser prestadas consecutivamente para serem retribuídas de acordo com o esquema fixado no número anterior.

3 — Sempre que o trabalho extraordinário se prolongue para além das 20 horas e o trabalhador execute mais de duas horas extraordinárias para além do horário normal a empresa obriga-se ao fornecimento gratuito da refeição, ou no caso de não possuir refeitório próprio ao pagamento da mesma, até ao limite previsto na cláusula 57.^a

4 — Sempre que verificado o circunstancialismo do número anterior e o trabalhador não possa utilizar os transportes habituais, a empresa assegurará os meios de transporte a utilizar pelo trabalhador ou o respectivo pagamento.

5 — O trabalho extraordinário prestado em dias feriados ou de descanso semanal dá ao trabalhador direito a 100 % sobre a retribuição especial prevista na cláusula 54.^a

6 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as situações de iminência de riscos ou prejuízos graves para a empresa, devidamente comprovados, e bem assim os trabalhos de ballanço e ou encerramento de contas do exercício anual das empresas em que as horas de trabalho extraordinárias prestadas em dias de descanso e feriados serão remuneradas com o acréscimo das percentagens previstas no n.º 1 desta cláusula, calculado sobre a remuneração especial devida pelas horas prestadas nesses dias.

Cláusula 51.^a

(Trabalho nocturno)

1 — Considera-se nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, o qual só será autorizado, para além dos casos de laboração em regime de turnos, quando a entidade patronal comprovar a sua necessidade, ouvido o órgão representativo dos trabalhadores.

2 — Considera-se também como nocturno, até ao limite de duas horas diárias, o trabalho extraordinário prestado depois das 7 horas desde que em prolongamento de um período normal de trabalho predominantemente nocturno.

3 — A remuneração do trabalho nocturno será superior em 25 % à do trabalho prestado durante o dia.

Cláusula 52.^a

(Trabalho em regime de turnos)

1 — Apenas é considerado trabalho em regime de turnos o prestado em turnos de rotação contínua ou descontínua, em que o trabalhador está sujeito às correspondentes variações de horário de trabalho.

2 — O trabalho em regime de turnos só é autorizado desde que a entidade patronal comprove devidamente a sua necessidade, ouvida a comissão de trabalhadores, ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical, ou os sindicatos interessados, devendo o respectivo parecer acompanhar o pedido de aprovação ao Ministério do Trabalho.

3 — Em caso de prestação de trabalho em regime de turnos, deverá observar-se em regra o seguinte:

a) Em regime de dois turnos, o período normal de trabalho semanal é de quarenta e cinco horas, distribuídas de segunda-feira a sexta-feira;

b) Em regime de três turnos, o período normal de trabalho poderá ser distribuído por seis dias, de segunda-feira a sábado, sem prejuízo de horários de menor duração que já estejam a ser praticados, e tendo em conta que o turno predominantemente nocturno não poderá exceder quarenta horas semanais e os restantes turnos quarenta e cinco horas semanais; em regra e salvo acordo em contrário com a comissão de trabalhadores, ou, na sua falta, com a comissão sindical ou intersindical, ou com o sindicato respectivo, as horas do turno predominantemente nocturno serão distribuídas de segunda-feira a sexta-feira.

4 — A distribuição do período normal de trabalho normal poderá fazer-se de outra forma, desde que a entidade patronal justifique por escrito a sua necessidade, ouvida a comissão de trabalhadores, ou, na sua falta, a comissão sindical ou intersindical, ou os sindicatos interessados, devendo o respectivo parecer acompanhar o pedido de aprovação ao Ministério do Trabalho.

5 — A prestação de trabalho em regime de turnos confere aos trabalhadores o direito a um complemento de retribuição no montante de:

a) 15 % de retribuição de base efectiva, no caso de prestação de trabalho em regime de dois turnos de que apenas um seja total ou parcialmente nocturno;

b) 25 % de retribuição de base efectiva, no caso de prestação de trabalho em regime de três turnos ou de dois turnos total ou parcialmente nocturnos.

6 — Considera-se que se mantém a prestação de trabalho em regime de turnos durante as férias e durante qualquer suspensão de prestação de trabalho ou do contrato de trabalho, sempre que esse regime se verifique até ao momento imediatamente anterior ao das suspensões referidas.

7 — O acréscimo de retribuição previsto no n.º 5 inclui a retribuição especial do trabalho como nocturno.

8 — Os acréscimos de retribuição previstos no n.º 5 integram para todos os efeitos a retribuição dos trabalhadores, mas não são devidos quando deixar de se verificar a prestação de trabalho em regime de turnos.

9 — Em regime de turnos, os trabalhadores têm direito a um período para repouso ou refeição de duração não inferior a trinta minutos, o qual será considerado para todos os efeitos como tempo de trabalho: durante o período atrás referido o trabalhador poderá não abandonar o posto de trabalho, mas deve, sempre que possível, ser substituído nas suas funções por outro trabalhador.

10 — Os trabalhadores que completem 50 anos de idade e 20 anos de serviço neste regime têm direito a mudar de turno ou passar ao horário normal, devendo a empresa assegurar tal mudança ou passagem nos sessenta dias imediatos à comunicação do trabalhador, até ao limite anual de 10 % do total dos trabalhadores integrados no respectivo turno.

11 — Qualquer trabalhador que comprove através de atestado médico a impossibilidade de continuar a trabalhar em regime de turnos passará imediatamente ao horário normal; as empresas reservam-se o direito de mandar proceder a exame médico, sendo facultado ao trabalhador o acesso ao resultado desse exame e aos respectivos elementos de diagnóstico.

12 — Na organização dos turnos deverão ser tomados em conta, na medida do possível, os interesses dos trabalhadores.

13 — São permitidas as trocas de turno entre os trabalhadores da mesma categoria e nível, desde que previamente acordadas entre os interessados e a entidade patronal.

14 — Os trabalhadores só poderão mudar de turno após o período de descanso semanal.

15 — Salvo casos imprevisíveis ou de força maior, devidamente comprovados à comissão de trabalhadores, ou, na sua falta, à comissão sindical ou intersindical, ou ao sindicato respectivo, a entidade patronal obriga-se a fixar a escala de turnos pelo menos com um mês de antecedência.

16 — Nenhum trabalhador pode ser obrigado a prestar trabalho em regime de turnos sem ter dado o seu acordo por forma expressa.

CAPÍTULO V

Remunerações mínimas

Cláusula 53.^a

(Condições especiais de retribuição)

1 — Os caixas e os cobradores têm direito a um abono mensal para falhas no valor de 750\$ enquanto no desempenho dessas funções.

2 — Para pagamento das remunerações e abonos de família deverão ser destacados trabalhadores de escritório com classificação profissional nunca inferior a terceiro-escriturário.

3 — Os trabalhadores que procedam aos pagamentos referidos no número anterior terão direito a uma gratificação mensal calculada da seguinte forma sobre o montante global manuseado:

Até 1 000 000\$ — 500\$;

Mais de 1 000 000\$ — 750\$.

4 — O subsídio previsto no n.º 1 é também devido aos trabalhadores na retribuição do período de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal.

5 — Sempre que os trabalhadores referidos no n.º 1 sejam substituídos no desempenho das respectivas funções, o substituto receberá o subsídio, na parte proporcional ao tempo das substituições, deixando o titular de o receber na mesma proporção.

6 — Consideram-se apenas abrangidos pelo n.º 3 os trabalhadores que recebam do caixa um valor global (ensacado ou não) e procedam à sua conferência, repartição e prestação de contas aos serviços de tesouraria ou outros, pelos pagamentos efectuados.

Cláusula 54.^a

(Retribuição do trabalho em dias feriados ou de descanso)

1 — O trabalhador tem direito à retribuição correspondente aos feriados.

2 — As horas de trabalho prestadas nos dias de descanso semanal, obrigatório ou complementar, serão pagas pelo valor correspondente a três vezes a remuneração/hora normal, isto é:

$$R = 3 \times N \times RN$$

Sendo:

R = Remuneração correspondente ao trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar;

N = Número de horas de trabalho prestado;

RN = Remuneração/hora normal.

3 — As horas de trabalho prestadas em dias feriados serão pagas pelo valor correspondente a duas vezes e meia a remuneração/hora normal, além do pagamento do dia integrado na retribuição mensal.

4 — O trabalho prestado no dia de descanso semanal obrigatório dá ao trabalhador o direito de descansar num dos três dias úteis seguintes, sem perda de retribuição.

5 — Em nenhum caso pode o trabalhador receber em relação ao trabalho em dias de descanso ou feriados uma remuneração inferior à devida pelo mínimo de três horas.

EXEMPLO I

Retribuição do trabalho prestado em dias de descanso semanal.

Um trabalhador que ganhe por mês 10 000\$ com um período normal de trabalho diário de nove horas e semanal de quarenta e cinco horas, se trabalhar num dia de descanso as mesmas nove horas, e tomando em conta que, encontrado o salário/hora ele é de 51\$28, auferirá o seguinte:

$$10\,000\$ + (3 \times 9 \times 51\$28) = 11\,384\$50.$$

EXEMPLO II

Retribuição do trabalho prestado em dias feriados.

Se o mesmo trabalhador prestar trabalho num dia feriado receberá o seguinte:

$$10\,000\$ + (2,5 \times 9 \times 51\$28) = 11\,153\$80.$$

Cláusula 55.^a

(Subsídio de Natal)

1 — Os trabalhadores com, pelo menos, seis meses de antiguidade em 31 de Dezembro, terão direito a um subsídio de Natal correspondente a um mês de retribuição.

2 — Os trabalhadores que tenham menos de seis meses de antiguidade e aqueles cujo contrato de trabalho cesse antes da data do pagamento do subsídio receberão uma fracção proporcional ao tempo de serviço prestado no ano civil correspondente, contando-se sempre qualquer fracção de um mês como mês completo, desde que superior a quinze dias de serviço efectivo, e se o trabalhador no mês anterior tiver feito pelo menos quinze dias de serviço efectivo.

3 — Suspendendo-se o contrato de trabalho para prestação de serviço militar obrigatório observar-se-á o seguinte:

a) No ano da incorporação, o trabalhador receberá o subsídio na totalidade se na data do pagamento estiver ao serviço da entidade patronal; caso contrário aplicar-se-á o disposto na parte final do n.º 2 desta cláusula;

b) No ano de regresso receberá, igualmente, o subsídio na totalidade se na data do pagamento estiver de novo ao serviço da entidade patronal.

4 — Em caso de suspensão do contrato por qualquer outro impedimento prolongado do trabalhador, este terá direito, quer no ano da suspensão, quer no ano do regresso, à totalidade do subsídio se tiver prestado seis meses de serviço e à parte proporcional ao tempo de serviço prestado se este não tiver atingido seis meses, contando-se sempre qualquer fracção de um mês como mês completo, desde que superior a quinze dias de serviço efectivo, e se o trabalhador, no mês anterior, tiver feito pelo menos quinze dias de serviço efectivo.

5 — O subsídio será pago conjuntamente com a retribuição do mês de Novembro. Verificando-se manifesta incapacidade económica da empresa para o efeito, e havendo acordo dos trabalhadores, poderá ser pago, o mais tardar até 15 de Dezembro. Exceptuam-se as situações de suspensão emergentes do serviço militar obrigatório e de cessação do contrato de trabalho em que o pagamento terá lugar na data da suspensão ou de cessação.

6 — Para efeitos do cálculo do subsídio de Natal dos trabalhadores que auferem uma retribuição mista, isto é, composta por uma parte fixa e uma parte variável, deverá considerar-se a média da parte variável recebida nos últimos doze meses, acrescida da parte fixa auferida no momento.

CAPÍTULO VI

Deslocações em serviço

Cláusula 56.^a

(Conceitos gerais)

1 — Entende-se por deslocação em serviço a prestação de trabalho fora do local habitual.

2 — Para efeitos deste capítulo, e sem prejuízo do disposto na cláusula 63.^a, considera-se local habitual de trabalho o seguinte:

a) O estabelecimento definido no contrato individual;

b) Na falta de especificação, e para a generalidade dos trabalhadores, a sede, delegação, filial ou outro estabelecimento da empresa em que o trabalhador preste normalmente serviço.

3 — As despesas com transporte, alojamento e alimentação serão documentadas em conformidade com a prática existente nas empresas.

Cláusula 57.^a

(Pequenas deslocações)

1 — Consideram-se pequenas deslocações as que permitam, em menos de duas horas por cada percurso, a ida e o regresso diário do trabalhador ao seu local habitual de trabalho ou à sua residência habitual.

2 — O período efectivo de deslocação começa a contar-se desde a partida do local habitual de trabalho ou da residência habitual do trabalhador, caso esta se situe mais perto do local da deslocação, e termina no local habitual de trabalho; se, no entanto, o regresso ao local de trabalho não puder efectuar-se dentro do período normal de trabalho, a deslocação terminará com a chegada do trabalhador à sua residência habitual.

3 — O tempo de trajecto e espera, na parte que exceda o período normal de trabalho, não será considerado para efeitos dos limites do trabalho extraordinário, mas será sempre remunerado como tal.

4 — Se o tempo de trajecto e espera não exceder o período normal de deslocação para o local habitual de trabalho não será considerado para efeitos do número anterior.

Cláusula 58.^a

(Direitos dos trabalhadores nas pequenas deslocações)

1 — Os trabalhadores, além da sua retribuição normal, terão direito nas pequenas deslocações:

a) As despesas de transporte, quando o trabalhador não utilize viatura da empresa deverá, em princípio, utilizar os transportes públicos. Se preferir e a entidade patronal concordar na utilização de veículo próprio, obriga-se a empresa a pagar-lhe por cada quilómetro percorrido 0,26 ou 0,12 do preço do litro da gasolina super que vigorar, consoante se trate de veículo automóvel, de motociclo ou ciclomotor, considerando-se os seguros incluídos;

b) Ao pagamento das refeições a que houver lugar nos termos dos números seguintes;

c) Ao pagamento de uma verba diária fixa de 40\$ para cobertura de despesas correntes, desde que o tempo de deslocação seja superior a metade do período normal de trabalho;

d) Ao regresso imediato, com transportes pagos, se ocorrer falecimento, acidente ou doença grave do cônjuge (ou companheiro/a com quem coabite maritalmente), filhos ou pais.

2 — Entende-se por refeições o pequeno-almoço, o almoço e o jantar. O trabalhador tem direito ao pequeno-almoço quando inicie a deslocação antes das 7 horas da manhã. Terá direito ao almoço sempre que se encontre deslocado entre as 12 e as 15 horas, e ao jantar se a deslocação se verificar entre as 19 e as 22 horas.

3 — O quantitativo a prestar pelas refeições será o seguinte:

Pequeno-almoço — 35\$;

Almoço/jantar — 180\$;

ou, havendo acordo entre as partes, o pagamento das despesas contra apresentação de documentos.

Cláusula 59.^a

(Grandes deslocações)

1 — Consideram-se grandes deslocações em serviço todas as que não estão compreendidas no n.º 1 da cláusula 57.^a

2 — O período efectivo de deslocação conta-se desde a partida do local habitual de trabalho ou da residência do trabalhador e termina no local habitual de trabalho ou da residência do trabalhador.

3 — A grande deslocação supõe sempre o prévio acordo entre a entidade patronal e o trabalhador, a não ser que:

a) A realização de deslocações decorra do contrato individual de trabalho;

b) A realização de deslocações seja inerente às funções próprias da categoria profissional do trabalhador;

c) Se verifique iminência de prejuízos graves para a empresa, devidamente comprovados, e desde que o trabalhador não invoque em contrário motivos justificáveis.

Cláusula 60.^a

(Grandes deslocações no continente)

1 — Nas grandes deslocações no continente os trabalhadores terão direito a:

a) Ao pagamento de uma verba diária fixa de 80\$ para cobertura de despesas correntes;

b) Ao pagamento das despesas de transportes, alojamento e alimentação durante o período efectivo de deslocação. Se o trabalhador preferir e a entidade patronal concordar na utilização de veículo próprio, obriga-se a empresa a pagar-lhe por cada quilómetro percorrido 0,26 ou 0,12 do preço do litro da gasolina super que vigorar, consoante se trate de veículo automóvel, motociclo ou ciclomotor, considerando-se os seguros incluídos;

c) Ao pagamento de viagens por altura do Natal e da Páscoa, salvo se for estabelecido acordo em contrário entre o trabalhador e a empresa;

d) Ao regresso imediato, com pagamento de transportes, se ocorrer falecimento ou doença grave do cônjuge (ou companheiro/a que com o trabalhador coabite maritalmente), filhos ou pais;

e) A descansar no primeiro período de trabalho ou em todo o dia de trabalho seguinte conforme a chegada ao local de trabalho se verifique, respectivamente, depois das 22 horas ou depois das 3 horas, salvo se tiver havido manifesto e intencional desvio por parte do trabalhador ao programa de viagem estabelecido;

f) Ao meio e à classe de transporte que habitualmente utilizem nas suas deslocações particulares.

2 — O pagamento referido nas alíneas a) e b) poderá ser substituído por uma ajuda de custo diária, a acordar pelas partes.

3 — Em princípio as deslocações deverão ter lugar durante o período normal de trabalho. As horas que

excederem o horário normal serão pagas como trabalho normal, a não ser que o trabalhador prefira compensar com tempo de descanso em data a acordar com a entidade patronal.

Cláusula 61.^a

(Grandes deslocações ao estrangeiro, regiões autónomas e Macau)

Nas grandes deslocações ao estrangeiro, regiões autónomas e Macau, além da retribuição normal, os trabalhadores terão direito:

a) As despesas de preparação legalmente obrigatórias e devidamente documentadas;

b) Ao abono correspondente às despesas com aquisição de equipamento e, bem assim, nas situações em que o rigor climático do local de deslocação o justifiquem, ou exigências especiais de representação o imponham, às despesas com a aquisição de vestuário, que eventualmente o trabalhador não possua, em termos a acordar caso a caso;

c) As despesas com os transportes. Quando o trabalhador não utilize viatura da empresa, deverá em princípio utilizar os transportes públicos. Se preferir e a entidade patronal concordar na utilização de veículo próprio, obriga-se a empresa a pagar-lhe por cada quilómetro percorrido 0,26 do preço do litro da gasolina super que vigorar, considerando-se os seguros incluídos;

d) Ao pagamento das despesas de alojamento e refeições a que houver lugar;

e) Ao pagamento das viagens por altura do Natal, salvo se for manifestada intenção em contrário por parte do trabalhador;

f) A descansar no primeiro período de trabalho, ou em todo o dia de trabalho seguinte, conforme a chegada ao local de residência habitual se verifique respectivamente depois das 22 horas ou depois das 3 horas, salvo se tiver havido manifesto e intencional desvio por parte do trabalhador ao programa da viagem estabelecido;

g) Ao regresso imediato e pagamento das viagens se ocorrer falecimento, acidente ou doença grave do cônjuge (ou companheiro/a que com ele coabite maritalmente), filhos ou pais;

h) A uma verba diária fixa de 250\$ para cobertura de despesas correntes, além do pagamento das despesas de alojamento e alimentação, a contar da data da partida até à data da chegada;

i) Ao meio e à classe de transportes adequados à natureza própria da deslocação em condições normais de comodidade, devendo, em regra, quando se trate de deslocações em grupo, ser idênticas para todos os trabalhadores;

j) Ao pagamento do tempo de trajecto e espera, como trabalho normal, na parte que exceda o período normal diário de trabalho, a não ser que o trabalhador prefira compensar esse tempo com descanso em data a acordar com a entidade patronal. No entanto, a parte que exceda o período normal de trabalho diário até ao limite de quatro horas será paga como horas extraordinárias desde que o trabalhador justifique o trabalho prestado nesse tempo, sendo o restante do trajecto e espera remunerado como tempo de trabalho normal.

Cláusula 62.^a

(Doença do pessoal nas grandes deslocações)

1 — Durante o período de deslocação, os riscos de doença que, em razão do lugar em que o trabalho seja prestado, deixem eventualmente de ser assegurados pela respectiva caixa de previdência, ou não sejam igualmente garantidos na área por qualquer outra instituição de previdência, passarão a ser cobertos pela empresa, que para tanto assumirá as obrigações que competiriam àquela caixa se o trabalhador não estivesse deslocado.

2 — Durante o período de doença comprovado por atestado médico o trabalhador deslocado manterá os direitos previstos em caso de deslocação e terá direito ao pagamento da viagem de regresso se esta for prescrita pelo médico assistente ou faltar no local a assistência médica necessária.

3 — No caso de o trabalhador vir a contrair doença específica do local de trabalho aquando da deslocação, a empresa obriga-se:

No caso de perda de direitos como beneficiário da caixa de previdência, a pagar integralmente a retribuição devida, bem como a respectiva assistência médica e medicamentosa, durante o período de incapacidade;

No caso contrário, a pagar a diferença entre o valor da retribuição devida e os subsídios a que o trabalhador tenha direito durante o período de baixa.

Cláusula 63.^a

(Regime especial de deslocações)

1 — Os trabalhadores com as categorias de inspector de vendas, chefe de vendas, vendedor (viagante, praticista) ou outras, demonstrador, técnico avaliador, distribuidor, cobrador, inspector administrativo, empregado de serviços externos (estafeta), motorista e ajudante de motorista e cujas funções sejam habitualmente desempenhadas no exterior ficam exclusivamente sujeitos ao regime definido na presente cláusula.

2 — O local habitual de trabalho destes trabalhadores será a área ou zona para onde forem contratados e em que prestem habitualmente serviço.

3 — No exercício das suas funções, dentro do seu local habitual de trabalho, estes trabalhadores terão direito ao seguinte:

a) Pagamento das despesas de transporte, bem como de outros gastos efectuados no interesse da empresa, devidamente comprovados e por aquela aceites;

b) Sempre que o trabalhador, de acordo com a entidade patronal, utilize carro próprio, observar-se-á o seguinte:

Sendo o seguro de conta da empresa, ser-lhe-á pago cada quilómetro percorrido pelo produto do coeficiente de 0,23 sobre o preço de um litro de gasolina super, cobrindo o seguro o total dos riscos do veículo, designadamente

passeiros, furto e responsabilidade civil, até ao limite previsto obrigatoriamente;
Sendo o seguro da conta do trabalhador, ser-lhe-á pago o coeficiente de 0,26 sobre o preço de um litro de gasolina *super*;
Tratando-se de motociciclo ou ciclomotor, o coeficiente será, respectivamente, nas mesmas condições acima indicadas, de 0,10 e 0,12;

c) Pagamento das despesas de alimentação e alojamento, nos termos seguintes:

Pequeno almoço — 35\$;
Almoço/jantar — 180\$;
Alojamento — 500\$;

ou, havendo acordo entre as partes, ao pagamento destas despesas, contra a apresentação de documentos comprovativos.

4 — As refeições deverão ser pagas ao trabalhador sempre que, por motivo de serviço, as não possa tomar no local habitual e no horário seguinte:

Pequeno-almoço, quando inicie o serviço antes das 7 horas;
Almoço/jantar, sempre que se encontre em serviço, respectivamente, entre as 12 e as 15 horas e as 19 e as 22 horas.

5 — Os trabalhadores cujo local habitual de trabalho é definido por uma área ou zona terão direito ao pagamento das refeições sempre que nos horários referidos no n.º 4 desta cláusula estejam em local tal que não lhes permita tomá-las no local da empresa ou da sua residência nos horários do referido número.

6 — Aos trabalhadores referidos nesta cláusula será aplicado, no caso de deslocação para fora do seu local de trabalho habitual, o regime previsto nas cláusulas anteriores deste capítulo.

Cláusula 64.ª

(Falecimento do pessoal deslocado)

No caso de falecimento do trabalhador ou familiar deslocado, serão suportados pela empresa os encargos decorrentes da transferência do corpo para o local da área da residência habitual. No caso de a transferência do corpo ter de ser feita para local diferente da área da residência habitual, a empresa suportará os encargos correspondentes aos previstos no parágrafo anterior.

Cláusula 65.ª

(Férias do pessoal deslocado)

1 — Para efeitos de gozo de férias, o trabalhador deslocado regressa ao local da residência, com pagamento de despesas de transporte pela entidade patronal, considerando-se suspensa a sua deslocação durante esse período.

2 — Se o trabalhador preferir gozar as férias no local onde está deslocado, tem direito à retribuição que auferiria se não estivesse deslocado e ao paga-

mento do valor das despesas de transporte que a entidade patronal despenderia se ele fosse gozar férias no local da sua residência.

Cláusula 66.ª

(Período de inactividade)

As obrigações das empresas para com o pessoal deslocado subsistem durante os períodos de inactividade cuja responsabilidade não pertença ao trabalhador.

Cláusula 67.ª

(Seguro do pessoal deslocado)

1 — Sempre que um trabalhador se desloque em serviço da empresa para fora do local de trabalho habitual e tenha qualquer acidente, a entidade patronal será responsável por todos e quaisquer prejuízos (incluindo perda de salários) daí resultantes.

2 — Sempre que, ao serviço da empresa, o trabalhador conduza um veículo, todas as responsabilidades ou prejuízos cabem à entidade patronal.

3 — Nas grandes deslocações, as empresas deverão segurar os trabalhadores, durante o período de deslocação, contra riscos de acidentes de trabalho, nos termos da lei, deverão ainda efectuar um seguro de acidentes pessoais, cobrindo os riscos de morte e invalidez permanente, de valor nunca inferior a 1500 contos.

4 — Os familiares que, mediante acordo com a entidade patronal, acompanhem o trabalhador, serão cobertos individualmente por um seguro de riscos de viagem no valor de 1000 contos.

5 — O regime previsto nesta cláusula aplica-se exclusivamente aos trabalhadores dos sectores de reparação e montagem que, ao abrigo da regulamentação colectiva de trabalho anterior aplicável, já dele beneficiavam.

CAPÍTULO VII

Suspensão de prestação de trabalho

Cláusula 68.ª

(Subsídio de férias)

1 — No mínimo de oito dias antes do início das férias, a entidade patronal pagará ao trabalhador um subsídio igual à retribuição correspondente ao período de férias a que tenha direito.

2 — O subsídio de férias beneficiará sempre de qualquer aumento de retribuição que se efectue até ao início das férias.

3 — Para efeitos dos cálculos, quer da retribuição do período de férias quer do respectivo subsídio, dos trabalhadores que auferam retribuição mista, isto é,

composta de uma parte fixa e de uma parte variável, deverá considerar-se a média da parte variável recebida nos últimos doze meses, acrescida da parte fixa auferida no momento.

CAPÍTULO VIII

Prestações complementares

SECÇÃO I

Subsídio complementar de doença

Cláusula 69.^a

(Conceito e âmbito)

1 — Em caso de doença com baixa, é atribuído aos trabalhadores dos subsectores de comércio e garagens um subsídio complementar do das instituições de previdência, limitado, respectivamente, a sessenta ou noventa dias por ano, seguidos ou interpolados.

2 — O subsídio referido no número anterior é devido a partir do quarto dia de baixa, inclusive.

3 — Aos trabalhadores dos subsectores de garagens que comprovadamente padeçam de doença profissional será atribuído um complemento do subsídio pago pela previdência, até ao montante da retribuição auferida à data da baixa e até ao limite de cento e oitenta dias de baixa.

Cláusula 70.^a

(Quantitativo do complemento do subsídio)

1 — O complemento do subsídio será de 25 % da retribuição.

2 — Para o subsector de garagens, no caso de trabalhadores que não tenham ainda adquirido o direito à assistência médica da respectiva instituição de previdência, a entidade patronal garantirá 85 % da retribuição líquida auferida pelo trabalhador, após o decurso do período experimental e até ao limite de noventa dias.

3 — A soma das subvenções atribuídas pela entidade patronal e da comparticipação das instituições de previdência não poderá, em caso algum, ser superior à retribuição líquida auferida pelo trabalhador à data da baixa.

Cláusula 71.^a

(Controlo da situação de doença pela entidade patronal)

1 — A situação de doença pode ser comprovada por um médico designado pela empresa.

2 — Havendo discrepância entre o parecer do médico designado pela empresa e o do médico responsável pela baixa, poderá a empresa reclamar para as instituições de previdência respectivas.

3 — A empresa poderá mandar verificar a presença, no seu domicílio, do trabalhador com baixa.

Cláusula 72.^a

(Perda de direito ao complemento)

1 — O trabalhador só não terá direito ao complemento de subsídio de doença nos casos seguintes:

a) Quando, em resultado da reclamação prevista no n.º 2 da cláusula anterior, se conclua pela não verificação de doença;

b) Desde que o trabalhador, sem motivo justificado, se recuse a ser observado pelo médico designado pela empresa;

c) Quando a empresa demonstrar, através de fundamentação escrita, que o trabalhador não cumpriu as indicações da Caixa sobre a sua permanência no domicílio, a não ser que o trabalhador apresente motivos justificáveis;

d) Quando o trabalhador não comunicar à empresa a situação de doença no próprio dia, ou, havendo motivos justificáveis, nos três dias úteis subsequentes à data do seu início, bem como as prorrogações da respectiva baixa.

2 — No caso da alínea c) do número anterior, o complemento só pode deixar de ser atribuído a partir da altura em que se comprove a situação aí verificada.

3 — O pagamento do subsídio ficará condicionado à exibição, pelo trabalhador, do boletim de baixa. No termo desta, o trabalhador deverá apresentar à empresa o documento da alta.

SECÇÃO II

Subsídio complementar das indemnizações por acidente de trabalho

Cláusula 73.^a

(Subsídio complementar das indemnizações por acidente de trabalho)

1 — No que respeita ao subsídio complementar das indemnizações por acidente de trabalho e às situações decorrentes de incapacidade nos subsectores de comércio e garagens, observar-se-á o seguinte:

I — Quanto ao subsector do comércio automóvel:

a) Em caso de incapacidade, parcial ou absoluta, para o trabalho habitual, proveniente de acidente de trabalho ou doença profissional ao serviço da empresa, a entidade patronal diligenciará por conseguir a reconversão para função compatível com as diminuições verificadas;

b) Se a retribuição da nova função, acrescida da pensão relativa à incapacidade, for inferior à auferida à data da baixa, a entidade patronal pagará a respectiva diferença;

c) No caso de incapacidade absoluta temporária, a empresa pagará um subsídio igual à diferença entre a retribuição líquida à data da baixa e a indemnização legal a que o trabalhador tenha direito, durante seis meses.

II—Quanto ao subsector de garagens:

a) Em caso de acidente de trabalho, as entidades patronais pagarão aos seus trabalhadores a diferença entre a retribuição auferida à data da baixa e a importância recebida do seguro obrigatório por lei, enquanto durar a baixa;

b) Em caso de assalto à mão armada ou roubo a abastecedores de combustíveis durante as horas de serviço, de que resulte para estes profissionais incapacidade total ou parcial permanente para o trabalho, as entidades patronais pagar-lhe-ão ainda a diferença entre a retribuição auferida à data do acidente e a importância recebida do seguro obrigatório por lei no montante limitado a um capital de 500 000\$, quando a incapacidade for total, ou, quando o não for, a uma percentagem deste capital idêntica à percentagem de incapacidade atribuída por tribunal do trabalho;

c) Esta cláusula somente fica a constituir direito adquirido para além da vigência deste contrato, se as companhias seguradoras não agravarem as condições actuais dos contratos de seguro inerentes a esta matéria.

2 — A prática intencional por parte do trabalhador de qualquer acto que vise tirar benefícios desta cláusula por meios dolosos constitui infracção disciplinar.

SECÇÃO III

Refeitório

Cláusula 74.ª

(Refeitório)

1 — As empresas do subsector de montagem de automóveis que empreguem cinquenta ou mais trabalhadores devem dispor de uma ou mais salas destinadas exclusivamente a refeitório, com meios próprios para aquecer a comida, não comunicando directamente com locais de trabalho, instalações sanitárias ou locais insalubres.

2 — A superfície dos refeitórios deve ser calculada em função do número máximo de pessoas que os possam utilizar simultaneamente e tendo em conta os números fixados no n.º 2 do artigo 141.º da Portaria n.º 53/71, de 3 de Fevereiro, e as demais condições previstas no mesmo artigo.

3 — No mesmo subsector, por acordo entre as empresas e os órgãos legalmente representativos dos trabalhadores no seu interior, deverão ser fornecidas refeições mediante uma comparticipação dos utentes não inferior a 30 % nem superior a 60 % do custo total da refeição.

4 — Nas precisas condições do número anterior, para os trabalhadores que não possam beneficiar da refeição, as empresas deverão compensá-los com um subsídio de valor igual à comparticipação delas no custo da refeição.

CAPÍTULO IX

Do trabalho das mulheres e dos menores

Cláusula 75.ª

(Condições especiais de trabalho de menores)

É vedado às entidades patronais utilizar menores nos serviços de balancés, guilhotinas, quinadeiras, prensas de qualquer tipo e com polimento de metais, assim como em postos de trabalho sujeitos a condições que possam ser prejudiciais ao normal desenvolvimento do jovem.

CAPÍTULO X

Comissão paritária

Cláusula 76.ª

(Constituição)

1 — Dentro dos trinta dias seguintes à entrada em vigor deste contrato, será criada uma comissão paritária constituída por três vogais em representação das associações patronais e igual número em representação das associações sindicais outorgantes.

2 — Por cada vogal efectivo serão sempre designados dois substitutos.

3 — Os representantes das associações patronais e sindicais junto da comissão paritária poderão fazer-se acompanhar dos assessores que julgarem necessários, os quais não terão direito a voto.

4 — A comissão paritária funcionará enquanto estiver em vigor o presente contrato, podendo os seus membros ser substituídos pela parte que os nomear em qualquer altura, mediante prévia comunicação à outra parte.

Cláusula 77.ª

(Competência)

Compete à comissão paritária:

- a) Interpretar as cláusulas do presente contrato;
- b) Integrar os casos omissos;
- c) Proceder à definição e enquadramento de novas profissões;
- d) Deliberar sobre as dúvidas emergentes da aplicação deste contrato;
- e) Deliberar sobre o local, calendário e convocação das reuniões.

Cláusula 78.ª

(Funcionamento)

1 — A comissão paritária considera-se constituída e apta a funcionar logo que os nomes dos vogais efectivos e substitutos sejam comunicados, por escrito e no prazo previsto no n.º 1 da cláusula 76.ª, à outra parte e ao Ministério do Trabalho.

2 — A comissão paritária funcionará a pedido de qualquer das representações e só poderá deliberar desde que esteja presente a maioria dos membros efectivos representantes de cada parte.

3 — As deliberações tomadas por unanimidade serão depositadas e publicadas nos mesmos termos das convenções colectivas e consideram-se, para todos os efeitos, como regulamentação do presente contrato.

4 — A pedido da comissão poderá participar nas reuniões, sem direito a voto, um representante do Ministério do Trabalho.

5 — As demais regras de funcionamento da comissão serão objecto de regulamento interno, a elaborar logo após a sua constituição.

CAPÍTULO XI

Disposições finais

Cláusula 79.^a

(Actualizações)

Os valores fixos, a prestar pelas entidades patronais, previstos nas cláusulas n.ºs 53, 58, 60, 61 e 63 sofrerão um acréscimo do valor percentual igual ao aumento global que vier a ser estabelecido na próxima revisão salarial e terão a mesma produção de feitos.

Cláusula 80.^a

(Reclassificação profissional)

1 — Para efeitos de reclassificação profissional, não poderá resultar qualquer prejuízo para os trabalhadores, designadamente baixa de escalão ou de outra posição que ocupem na carreira profissional.

2 — Para efeitos de promoção, contar-se-á todo o tempo de serviço prestado na empresa.

Cláusula 81.^a

(Princípio geral de igualdade de tratamento)

As relações de trabalho abrangidas por este contrato regem-se pelo princípio constitucional de que a trabalho igual deve corresponder salário igual.

Cláusula 82.^a

(Carácter globalmente mais favorável)

1 — O presente CCTV, no contexto desta sua primeira parte, substitui todos os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis aos trabalhadores e às empresas representadas pelas associações outorgantes.

2 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, considera-se expressamente este CCTV mais favorável do que os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho substituídos nos termos do número anterior.

3 — Da aplicação deste CCTV não poderá resultar para os trabalhadores baixa de categoria e, bem assim

diminuição de retribuição nem dos quantitativos das pesas de deslocação, resultantes de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho vigentes à data da sua entrada em vigor.

Cláusula 83.^a

(Efeitos das tabelas)

Os efeitos das tabelas salariais são os constantes do anexo 1, sem quaisquer outros reflexos.

Cláusula 84.^a

(Notas para a execução do CCTV)

As notas abaixo referidas fazem parte integrante deste CCTV.

1 — Técnico industrial — a estes trabalhadores poderá, nas empresas, ser atribuído um grau de remuneração superior ao que resulta do CCTV, caso o nível de responsabilidade e autonomia de actuação na sua função, comparativamente com o de outras profissões, assim o exija.

2 — Os trabalhadores até agora classificados como operadores de máquinas de contabilidade com mais de três anos serão reclassificados como operadores de máquinas de contabilidade de 1.^a, contando-se todo o tempo de antiguidade.

3 — As categorias de chefe de escritório e chefe de serviços serão reclassificados em qualquer das categorias previstas nos três primeiros níveis do enquadramento profissional que figurará neste contrato, conforme as funções que efectivamente desempenharem e o nível hierárquico que ocupem na estrutura da empresa.

4 — Chefe de equipa (chefe de grupo) — Incluem-se nesta profissão os trabalhadores designados por operário-chefe. O número de trabalhadores sob as ordens do chefe de equipa não poderá exceder doze.

5 — Vendedor:

Caixeiro-viajante — quando exerça a sua actividade numa zona geográfica determinada fora da área definida para o caixeiro de praça.

Caixeiro de praça (pracista) — quando exerça a sua actividade na área da sede da entidade patronal e concelhos limítrofes ou ainda segundo a natureza do produto que vende.

6 — Os trabalhadores actualmente classificados como escriturários principais serão reclassificados como subchefes de secção.

7 — Os ajudantes de guarda-livros serão reclassificados como subchefes de secção.

8 — Para as categorias profissionais constantes do anexo 1, grupo I, todo o trabalhador, com idade superior a 20 anos, será admitido directamente para qualquer dos escalões das referidas categorias profissionais.

ANEXO I

Tabelas salariais (a) (b)

QUADRO A

Níveis	Tabela salarial para os meses de Abril, Maio e Junho de 1980	
	Tabela I	Tabela II
1	24 000\$00	26 000\$00
2	21 000\$00	23 000\$00
3	19 000\$00	20 500\$00
4	17 500\$00	19 000\$00
5	15 800\$00	17 300\$00
6	14 100\$00	15 200\$00
7	13 100\$00	14 200\$00
8	12 200\$00	13 400\$00
9	11 500\$00	12 600\$00
10	10 800\$00	11 900\$00
11	10 200\$00	11 400\$00
12	9 700\$00	10 600\$00
13	9 300\$00	10 200\$00

QUADRO B

Níveis	Tabela salarial a partir de 1 de Julho de 1980	
	Tabela I	Tabela II
1	27 000\$00	30 000\$00
2	24 000\$00	27 000\$00
3	21 000\$00	23 500\$00
4	19 000\$00	21 000\$00
5	17 000\$00	19 000\$00
6	15 500\$00	17 000\$00
7	14 300\$00	15 600\$00
8	13 100\$00	14 400\$00
9	12 200\$00	13 300\$00
10	11 500\$00	12 600\$00
11	10 800\$00	12 000\$00
12	10 400\$00	11 400\$00
13	9 800\$00	10 800\$00

(a) Para as empresas filiadas na ARAN e AIM as tabelas salariais constantes do quadro A produzirão efeitos até 30 de Setembro de 1980, data a partir da qual as mesmas empresas passarão a aplicar as tabelas salariais constantes do quadro B, que vigorarão até à próxima revisão.

Para o conjunto do sector, as tabelas salariais constantes do quadro B, com os efeitos indicados no mesmo, vigorarão em conformidade com a cláusula 2.ª «Vigência».

(b) As tabelas salariais para os aprendizes, paquetes e praticantes constantes dos quadros seguintes produzem efeitos a partir de 1.º de Abril de 1980, vigorando até à próxima revisão.

Critério diferenciador de tabelas

I

Empresas estritamente comerciais

São aquelas que se dedicam, em separado ou conjuntamente, à importação, comércio por grosso e/ou a retalho de veículos, máquinas agrícolas e industriais, pneus, peças e acessórios, motociclos, reboques e outros bens ligados à actividade automóvel.

II

Empresas estritamente de reparação

São aquelas que se dedicam exclusivamente à reparação de veículos automóveis.

III

Empresas estritamente de montagem de automóveis

São aquelas que se dedicam exclusivamente à montagem de automóveis.

IV

Empresas polivalentes

São aquelas que, além das actividades estritamente comerciais ligadas ao comércio automóvel, exercem outras actividades comerciais e/ou industriais e/ou de prestação de serviços.

V

As empresas referidas no n.º I aplica-se a tabela I ou II, consoante o valor da facturação anual global seja, respectivamente, inferior ou superior a 30 000 contos na média dos últimos três anos, exceptuando as vendas de combustíveis.

VI

As empresas referidas nos n.ºs II, III e IV aplicar-se-ão as tabelas I ou II, consoante o valor da facturação anual global seja, respectivamente, inferior ou superior a 42 000 contos, deduzidos os impostos e taxas sobre as quais não incidam margens de lucro e ainda as vendas de combustíveis.

VII

As empresas em que, por virtude da aplicação de instrumentação anterior, já seja aplicada a tabela II da referida instrumentação, aplicarão a tabela II do presente contrato, não podendo, a partir da data da entrada em vigor do mesmo, passar a aplicar a tabela I.

I

Categorias profissionais com aprendizagem e prática e com oficiais de 1.ª nos graus 8 e 9

Afinador de máquinas.
Carpinteiro de carroçarias/estruturas.
Forjador.
Fundidor ou moldador manual.
Mecânico de automóveis.
Mecânico de aparelhagem pesada, de agrícolas e ou industriais.
Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento.
Montador-reconstrutor de baterias.
Pintor de veículos, máquinas ou móveis.
Repuxador.
Serralheiro de rastros.
Soldador por electroarco e ou oxi-acetilénico.
Torneiro mecânico.
Assentador de isolamentos.
Casquinheiro.
Ferrageiro.
Baté-chapa.
Carpinteiro de limpos e ou conservação.
Electricista auto.
Estofador.
Fresador mecânico.

Mandrilador mecânico.
 Mecânico de aparelhos de precisão.
 Mecânico de bombas de injeção.
 Montador-ajustador de máquinas.
 Operador de máquinas de fundição injectada.
 Rectificador mecânico.
 Serralheiro civil.
 Serralheiro mecânico.
 Temperador de metais.
 Afinador, reparador e montador de hicieletas e ciclomotores.
 Encalcador.
 Ferramenteiro.
 Maçaqueiro.
 Soldador por pontos ou costura.
 Estanhador.

III

Categorias profissionais com prática e início aos 18 anos

Guilhotineiro.
 Operador de prensa ou balancé.
 Rebitador.
 Cortador de metal.
 Mecânico de madeiras.
 Operador de quinadeira.
 Bombeiro fabril.
 Desempenador.
 Rebarbador.
 Cortador ou serrador de materiais.
 Decapador por processos químicos.
 Metalizador à pistola.
 Operador de banhos químicos e ou electroquímicos.
 Polidor de metais.

Idades	Tabela I	Tabela II
Praticante de 18 anos	7 000\$00	7 750\$00
Praticante de 19 anos	8 200\$00	8 900\$00

IV

Categorias profissionais de escalão único com prática e início aos 18 anos

Amarrador.
 Escolhedor e classificador de sucata.
 Lubrificador.
 Montador de pneus.
 Montador de pneus especializado.

	Tabela I	Tabela II
Praticante de 18 anos ou do 1.º ano	8 200\$00	8 900\$00
Praticante de 19 anos ou mais anos (1.º ano) ou do 2.º ano	9 300\$00	10 000\$00

Paquetes (escritórios) e praticantes (comércio/armazém)

1.º ano		2.º ano		3.º ano	
Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
4 400\$00	4 900\$00	5 000\$00	5 500\$00	5 900\$00	6 400\$00

I

Tabela salarial de aprendizes das categorias profissionais nos graus 8 e 9

Idade de admissão	1.º ano		2.º ano		3.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
15 anos	3 750\$00	4 000\$00	4 400\$00	4 700\$00	5 200\$00	5 600\$00
16 anos	4 400\$00	4 700\$00	5 200\$00	5 600\$00	—\$—	—\$—
17 anos	5 200\$00	5 600\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

Tabela salarial dos praticantes das categorias profissionais nos graus 8 e 9

Tempo de tirocinio	Tabela I	Tabela II
Praticante iniciado	7500\$00	8 000\$00
Praticante do 1.º ano	8 200\$00	8 900\$00
Praticante do 2.º ano	9 300\$00	10 000\$00

II

Categorias profissionais sem aprendizagem mas com prática

Afinador de ferramentas.
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte.

Maquinista de força motriz.
 Recepcionista — atendedor de oficina.
 Cortador de tecidos ou pergamoides.
 Montador de estruturas metálicas ligeiras.
 Operador de engenho de coluna ou portátil.
 Operador de estufas.
 Preparador de pintura.
 Vulcanizador.
 Apontador.
 Detector de deficiências de fabrico.
 Entregador de ferramenta.
 Estofador em série.
 Operador de máquinas de fabrico de colchões ou estofos.
 Preparador de tintas em linhas de montagem.
 Soldador de baixo ponto de fusão.
 Polidor (à excepção de metais).

II

Praticantes das categorias profissionais sem aprendizagem

Idade de admissão	1.º ano		2.º ano		3.º ano	
	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II	Tabela I	Tabela II
15 anos	3 750\$00	4 000\$00	4 900\$00	5 350\$00	6 100\$00	6 550\$00
16 anos	4 900\$00	5 350\$00	6 100\$00	6 550\$00	—\$—	—\$—
17 anos	6 100\$00	6 500\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—

ANEXO II

Enquadramento das categorias profissionais em níveis ou graus de remuneração

Nível 1:

Director de serviços.
Gerente comercial.

Nível 2:

Chefe de divisão.
Técnico industrial (escalação III).

Nível 3:

Analista de sistemas.
Chefe de departamento.
Contabilista (empresa do grupo A).
Técnico industrial (escalação II).
Técnico de *software*.

Nível 4:

Caixeiro-encarregado geral.
Contabilista (empresa do grupo B).
Encarregado geral.
Inspector administrativo.
Instrutor técnico.
Programador de informática.
Técnico industrial (escalação I).
Tesoreroiro.

Nível 5:

Agente de métodos (mais de quatro anos).
Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção.
Chefe de compras.
Chefe de secção.
Chefe de vendas.
Desenhador maquetista.
Desenhador projectista.
Encarregado geral de armazém.
Gestor de *stocks*.
Guarda-livros.
Medidor orçamentista-coordenador.
Planificador do 1.º escalação.
Programador mecanográfico.
Técnico fabril.
Tradutor.

Nível 6:

Agente de compras.
Agente de métodos (menos de quatro anos).
Agente de normalização.
Analista de funções.
Chefe de linha de montagem.

Correspondente em língua estrangeira.

Desenhador de estudos.

Desenhador retocador (artes gráficas).

Encarregado.

Encarregado (electricista).

Encarregado de armazém.

Enfermeiro.

Inspector de vendas.

Medidor orçamentista (mais de seis anos).

Monitor.

Planificador do 2.º escalação (mais de seis anos).

Preparador de trabalho (mais de um ano).

Prospecor de vendas.

Secretária de direcção.

Subchefe de secção.

Técnico avaliador.

Técnico de electrónica industrial e/ou telecomunicações.

Técnico de prevenção.

Técnico de *controlo* de qualidade.

Nível 7:

Chefe de equipa (chefe de grupo).
Chefe de equipa (electricista).
Cronometrista (mais de um ano).
Demonstrador de máquinas e equipamentos.
Desenhador gráfico.
Encarregado de garagem.
Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira.
Medidor (mais de seis anos).
Medidor orçamentista (mais de três anos e menos de seis anos).
Operador de computador.
Operador de laboratório químico.
Orçamentista.
Planificador do 2.º escalação (mais de três anos e menos de seis anos).
Planeador (programador de fabrico) (mais de um ano).
Preparador técnico de sobresselentes e de peças de reserva (mais de um ano).
Preparador de trabalho (até um ano).
Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 1.ª

Nível 8:

Agente de aprovisionamento (mais de um ano).
Afinador de máquinas de 1.ª
Arvorado de construção civil.
Bate-chapa de 1.ª
Caixa.
Caixeiro de 1.ª
Canalizador de 1.ª
Carpinteiro de carroçarias/estruturas de 1.ª

Carpinteiro de limpos e/ou conservação de 1.^a
 Cobrador (mais de três anos).
 Controlador de aplicação de 1.^a
 Controlador de qualidade (mais de um ano).
 Conferente (mais de três anos).
 Cozinheiro de 1.^a
 Cronometrista (menos de um ano).
 Desenhador gráfico (três a seis anos).
 Electricista (mais de três anos).
 Encarregado de refeitório.
 Escriturário de 1.^a
 Ensaíador-afinador de 1.^a
 Estofador de 1.^a
 Experimentador (mais de um ano).
 Fiel de armazém.
 Fogueiro de 1.^a
 Forjador de 1.^a
 Fresador mecânico de 1.^a
 Fundidor ou moldador manual de 1.^a
 Mandrilador mecânico de 1.^a
 Mecânico de automóveis de 1.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de máquinas agrícolas e/ou industriais de 1.^a
 Mecânico de aparelhos de precisão de 1.^a
 Mecânico de bombas de injeção de 1.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 1.^a
 Medidor (três a seis anos).
 Medidor orçamentista (menos de três anos).
 Montador-ajustador de máquinas de 1.^a
 Montador-reconstrutor de baterias (mais de três anos).
 Motorista de pesados.
 Operador mecanográfico.
 Operador de máquinas de contabilidade de 1.^a
 Operador periférico.
 Operador de máquinas de fundição injectada de 1.^a
 Operador-verificador/operador de dados.
 Planificador do 2.º escalão (menos de três anos).
 Planeador (programador de fabrico (menos de um ano).
 Pintor de construção civil de 1.^a
 Pintor de veículos, máquinas e móveis de 1.^a
 Preparador auxiliar de trabalho.
 Preparador técnico de sobresselentes e peças de reserva (menos de um ano).
 Promotor de vendas.
 Recepcionista ou atendedor de oficina (mais de um ano).
 Recepcionista de garagens.
 Rectificador mecânico de 1.^a
 Repuxador de 1.^a
 Serralheiro civil de 1.^a
 Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 2.^a
 Serralheiro mecânico de 1.^a
 Serralheiro de rastos de 1.^a
 Soldador por electroarco ou oxi-acetilénico de 1.^a
 Temperador de metais de 1.^a
 Torneiro mecânico de 1.^a
 Vendedor (caixeiro-viajante ou caixeiro de praça).

Nível 9:

Afiador de ferramentas de 1.^a
 Afinador de máquinas de 2.^a

Afinador, reparador e montador de bicicletas e ciclomotores de 1.^a
 Agente de aprovisionamento (menos de um ano).
 Apontador (mais de um ano).
 Assentador de isolamentos de 1.^a
 Bate-chapa de 2.^a
 Bombeiro fabril de 1.^a
 Caixa de balcão.
 Caixeiro de 2.^a
 Canalizador de 2.^a
 Carpinteiro de limpos e/ou conservação de 2.^a
 Carpinteiro de carroçarias/estruturas de 2.^a
 Casquinheiro de 1.^a
 Cobrador (menos de três anos).
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 1.^a
 Conferente (menos de três anos).
 Conferente-abastecedor de linha (mais de dois anos).
 Controlador de aplicação de 2.^a
 Controlador-caixa.
 Cortador de metal de 1.^a
 Cozinheiro de 2.^a
 Decapador por processos químicos de 1.^a
 Desenhador gráfico (até três anos).
 Despenseiro.
 Electricista (menos de três anos).
 Empregado de balcão.
 Encadernador gráfico.
 Encalcador de 1.^a
 Ensaíador-afinador de 2.^a
 Escriturário de 2.^a
 Estanhador de 1.^a
 Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa.
 Estofador em série de 1.^a
 Estofador de 2.^a
 Estucador de 1.^a
 Experimentador (menos de um ano).
 Ferrageiro de 1.^a
 Ferramenteiro de 1.^a
 Fresador mecânico de 2.^a
 Forjador de 2.^a
 Fogueiro de 1.^a
 Fundidor ou moldador manual de 2.^a
 Guilhotineiro de 1.^a
 Maçariqueiro de 1.^a
 Mandrilador mecânico de 2.^a
 Mecânico de automóveis de 2.^a
 Mecânico de aparelhos de precisão de 2.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de máquinas agrícolas e/ou industriais de 2.^a
 Mecânico de bombas de injeção de 2.^a
 Mecânico de madeiras de 1.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 2.^a
 Maquinista de força motriz de 1.^a
 Medidor (menos de três anos).
 Metalizador à pistola de 1.^a
 Montador-ajustador de máquinas de 2.^a
 Montador de estruturas metálicas ligeiras de 1.^a
 Montador de peças ou órgãos mecânicos em série de 1.^a
 Montador de pneus especializado.
 Montador-reconstrutor de baterias (menos de três anos).

Motorista de ligeiros.
 Operador de banhos químicos e/ou electroquímicos de 1.^a
 Operador de máquinas auxiliares (escritórios).
 Operador de máquinas auxiliares (informática).
 Operador de máquinas de contabilidade de 2.^a
 Operador de máquinas de fundição injectada de 2.^a
 Operador de prensa ou balancé de 1.^a
 Operador de quinadeira e/ou viradeira e/ou calandra de 1.^a
 Operador de *telex*.
 Pedreiro de 1.^a
 Pintor de construção civil de 2.^a
 Pintor de veículos, máquinas e móveis de 2.^a
 Polidor de 1.^a
 Preparador-repositor (mais de três anos).
 Preparador de pintura de 1.^a
 Preparador de tintas para linhas de montagem de 1.^a
 Rebarbador de 1.^a
 Rebitador de 1.^a
 Recepcionista atendedor de oficina (menos de um ano).
 Recepcionista de parques de estacionamento.
 Rectificador mecânico de 2.^a
 Repuxador de 2.^a
 Serralheiro civil de 2.^a
 Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes de 3.^a
 Serralheiro mecânico de 2.^a
 Serralheiro de rastos de 2.^a
 Soldador por electroarco ou oxi-acetilénico de 2.^a
 Soldador por pontos ou costura de 1.^a
 Telefonista de 1.^a
 Temperador de metais de 2.^a
 Torneiro mecânico de 2.^a
 Vulcanizador de 1.^a

Nível 10:

Afinador de ferramentas de 2.^a
 Afinador de máquinas de 3.^a
 Afinador, reparador e montador de bicicletas ou ciclomotores de 2.^a
 Ajudante de motorista.
 Apontador (menos de um ano).
 Arquivista fabril (mais de quatro anos).
 Arquivista técnico (mais de quatro anos).
 Assentador de isolamentos de 2.^a
 Bate-chapas de 3.^a
 Bombeiro fabril de 2.^a
 Caixeiro de 3.^a
 Caixoteiro (mais de um ano).
 Canalizador de 3.^a
 Carpinteiro de carroçarias/estruturas de 3.^a
 Carpinteiro de limpos e ou conservação de 3.^a
 Carregador/descarregador (mais de um ano).
 Casquinheiro de 2.^a
 Conferente abastecedor de linha (menos de dois anos).
 Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte de 2.^a
 Controlador de aplicação de 3.^a
 Controlador de qualidade (menos de um ano).
 Cortador ou serrador de materiais de 1.^a

Cortador de tecidos ou pergamóides (mais de dois anos).
 Cozinheiro de 3.^a
 Decapador por processos químicos de 2.^a
 Desempanador (mais de dois anos).
 Detector de deficiências de fabrico (mais de dois anos).
 Encalcador de 2.^a
 Ensaaiador-afinador de 3.^a
 Entregador de ferramentas (mais de um ano).
 Escriturário de 3.^a
 Estanhador de 2.^a
 Estofador de 3.^a
 Estofador em série de 2.^a
 Estucador de 2.^a
 Ferrageiro de 2.^a
 Ferramenteiro de 2.^a
 Fogueiro de 3.^a
 Forjador de 3.^a
 Fresador mecânico de 3.^a
 Fundidor-moldador manual de 3.^a
 Guilhotineiro de 2.^a
 Lavador de viaturas.
 Lavandeiro (mais de dois anos).
 Lubrificador.
 Lubrificador de veículos automóveis.
 Maçariqueiro de 2.^a
 Mandrilador mecânico de 3.^a
 Manufactor de materiais de higiene e segurança.
 Maquinista de força motriz de 2.^a
 Mecânico de aparelhagem pesada de máquinas agrícolas e ou industriais de 3.^a
 Mecânico de aparelho de precisão de 3.^a
 Mecânico de automóveis de 3.^a
 Mecânico de bombas de injeção de 3.^a
 Mecânico de madeiras de 2.^a
 Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento de 3.^a
 Metalizador à pistola de 2.^a
 Montador-ajustador de máquinas de 3.^a
 Montador de estruturas metálicas ligeiras de 2.^a
 Montador de peças ou órgãos mecânicos em série de 2.^a
 Movimentador de carros em parque.
 Operador de banhos químicos e ou electroquímicos de 2.^a
 Operador de engenho de coluna ou portátil (mais de dois anos).
 Operador de estufas (mais de dois anos).
 Operador de máquinas de fabrico de colchão ou estofos (mais de dois anos).
 Operador de máquinas de fundição injectada de 3.^a
 Operador de prensa ou balancé de 3.^a
 Operador de quinadeira e ou viradeira e ou calandra de 2.^a
 Pedreiro de 2.^a
 Pintor da construção civil de 3.^a
 Pintor de veículos, máquinas e móveis de 3.^a
 Polidor de 2.^a
 Pré-oficial electricista do 2.^o ano.
 Preparador de pintura de 2.^a
 Preparador-repositor (menos de três anos).
 Preparador de tintas para linha de montagem de 2.^a
 Rebarbador de 2.^a

Rebitador de 2.^a
 Recepcionista ou atendedor de *stand*.
 Rectificador mecânico de 3.^a
 Repuxador de 3.^a
 Serralheiro civil de 3.^a
 Serralheiro mecânico de 3.^a
 Serralheiro de rastos de 3.^a
 Soldador de baixo ponto de fusão (mais de dois anos).
 Soldador por electroarco ou oxi-acetileno de 3.^a
 Soldador por pontos ou costura de 2.^a
 Telefonista de 2.^a
 Temperador de metais de 3.^a
 Vendedor de automóveis (observações).
 Torneiro mecânico de 3.^a
 Verificador de produtos adquiridos (menos de um ano).
 Vulcanizador de 2.^a

Observações. — A retribuição certa ou fixa é a do nível 10, ficando-lhe, porém, assegurada uma retribuição mínima mensal não inferior à do nível 8.

Nível 11:

Amarrador.
 Arquivista fabril (menos de quatro anos).
 Arquivista técnico (mais de quatro anos).
 Caixeiro-ajudante (mais de um ano).
 Caixeiro (menos de um ano).
 Carregador/descarregador (menos de um ano).
 Continuo.
 Cortador ou serrador de materiais de 2.^a
 Cortador de tecidos ou pergamóides (menos de dois anos).
 Dactilógrafo do 2.^o ano.
 Desempenador (menos de dois anos).
 Detector de deficiências de fabrico (menos de dois anos).
 Distribuidor.
 Embalador.
 Empregado de lavandaria.
 Empilhador.
 Entregador de ferramentas (menos de um ano).
 Escolhedor e classificador de sucatas.
 Estagiário do 2.^o ano.
 Lavador.
 Lavandeiro (menos de dois anos).
 Limpador de viaturas.
 Mecânico de madeiras de 3.^a
 Montador de pneus.
 Operador de engenho de coluna ou portátil (menos de dois anos).
 Operador de estufas (menos de dois anos).
 Operador heliográfico (mais de quatro anos).
 Operador de máquinas de fabrico de colchão ou estofos (menos de dois anos).
 Pré-oficial electricista do 1.^o ano.
 Soldador de baixo ponto de fusão (menos de dois anos).
 Tirocinante técnico de desenho do 2.^o ano.

Nível 12:

Abastecedor de combustíveis.
 Ajudante de electricista do 2.^o ano (à excepção do electricista auto).
 Caixeiro-ajudante (menos de um ano).

Dactilógrafo do 1.^o ano.
 Empregado de refeitório.
 Estagiário do 1.^o ano.
 Estagiário de lubrificador.
 Guarda.
 Guarda de garagens.
 Operador heliográfico (menos de quatro anos).
 Porteiro.
 Roupeiro.
 Servente/operário não especializado.
 Tirocinante técnico de desenho do 1.^o ano.

Nível 13:

Ajudante de electricista do 1.^o ano (à excepção do electricista auto).
 Estagiário de lavador.
 Servente de limpeza.

ANEXO III

Definição de funções

Abastecedor de combustíveis. — É o trabalhador maior de 18 anos de idade que faz a venda de combustíveis e de todos os demais produtos ligados à actividade, competindo-lhe cuidar do local e equipamento afecto à venda de combustíveis e prestar toda a assistência à clientela, nomeadamente verificar e atestar o óleo, a água e a pressão dos pneumáticos.

Afiador de ferramentas. — É o trabalhador que afia, com mós abrasivas e máquinas adequadas, ferramentas, como: fresas, machos de atarraxar, caçonetes, brocas e ferros de corte. Eventualmente poderá trabalhar de acordo com normas ou instruções recebidas.

Afinador de máquinas. — É o trabalhador que afina, prepara ou ajusta as máquinas de modo a garantir-lhes a eficiência no seu trabalho, podendo proceder à montagem das respectivas ferramentas.

Afinador, reparador e montador de bicicletas e ciclomotores. — É o trabalhador que repara e afina bicicletas e ciclomotores até 125 cc, procedendo por vezes à sua montagem.

Afinador, reparador e montador de bicicletas, ciclomotores e motociclos. — É o trabalhador que repara e afina bicicletas, ciclomotores e motociclos, procedendo por vezes à sua montagem.

Agente de aprovisionamento. — É o trabalhador que, existindo secção de aprovisionamento, recebe e encaminha documentação relativa às encomendas, assegurando a existência dos materiais necessários à fabricação dentro dos prazos previstos.

Agente de compras. — É o trabalhador que, mediante directrizes superiores, estuda e interpreta especificações técnicas, pedidos de compra, desenhos, catálogos, etc., das matérias-primas, máquinas e equipamentos necessários à produção directa ou indirecta. Procede a diversas operações essenciais ao aprovisionamento nas melhores condições de preço, qualidade e prazos de entrega, elaborando consultas a diversos fornecedores. Procede ao estudo e comparação téc-

nico-comercial das diversas propostas. Em casos especiais trata do desembaraço alfandegário.

Agente de métodos. — É o trabalhador que, utilizando conhecimentos técnicos e experiência oficial, analisa projectos nas fases de orçamentação e ou execução, podendo propor alterações; estuda métodos de trabalho, tempos, ferramentas e indica os materiais e ou matérias-primas de acordo com as especificações do projecto. Pode acessoriamente acumular as funções de preparador de trabalho.

Agente de normalização. — É o trabalhador que procede ao estudo de normas a utilizar na empresa quanto aos produtos, materiais, processos ou formas de procedimento. Pode superintender no arquivo e divulgação das normas.

Ajudante de motorista. — É o trabalhador que acompanha o motorista, competindo-lhe auxiliá-lo na manutenção do veículo, vigiar e indicar as manobras e arrumar as mercadorias no veículo. Poderá ainda ocasionalmente proceder à distribuição das mercadorias pelos clientes e efectuar as respectivas cobranças.

Amarrador. — É o trabalhador que amarra e ou pendura peças ligeiras em ganchos de arame ou suportes similares apropriados para receberem tratamento por pintura, banhos químicos ou electroquímicos.

Analista de funções. — É o trabalhador que reúne, analisa e elabora informações sobre as funções dos diferentes postos de trabalho. Escolhe ou recebe a incumbência de estudar o posto ou postos de trabalho mais adequados à observação que se propõe realizar; analisa as tarefas tal como se apresentam; faz as perguntas necessárias ao profissional e ou a alguém conhecedor do trabalho; regista de modo claro, directo e pormenorizado as diversas fases do trabalho, tendo em atenção a sequência lógica de movimentos, acções e tarefas, de forma a responder às perguntas da fórmula de análise sobre o que faz o trabalhador, como o faz, por que o faz e o que exige o seu trabalho; executa um resumo tão sucinto quanto possível do posto de trabalho no seu conjunto.

Analista de sistemas. — É o trabalhador que concebe e projecta no âmbito do tratamento automático da informação os sistemas que melhor respondam aos fins em vista, tendo em conta os meios de tratamento disponíveis; consulta os interessados a fim de recolher elementos elucidativos dos objectivos que se tem em vista; determina se é possível e economicamente rentável utilizar um sistema de tratamento automático da informação; examina os dados obtidos, determina qual a informação a ser recolhida, com a periodicidade e em que ponto do seu circuito, bem como a forma e a frequência com que devem ser apresentados os resultados; determina as modificações a introduzir necessárias à normalização dos dados e as transformações a fazer na sequência das operações; prepara ordinogramas e outras especificações para o programador, efectua testes a fim de se certificar se o tratamento automático da informação se adapta aos fins em vista e, caso contrário, introduz as modificações necessárias. Pode ser incumbido de dirigir a preparação dos programas. Pode coordenar os trabalhos das pessoas en-

carregadas de executar as fases sucessivas das operações de análise do problema. Pode dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação.

Apontador. — É o trabalhador que procede à recolha, registo, selecção, e ou encaminhamento de elementos respeitantes à mão-de-obra, entrada e saída de pessoal, materiais, produtos, ferramentas, máquinas e instalações necessários a sectores ligados à produção, podendo acessoriamente ajudar na distribuição das remunerações ao pessoal de produção junto dos seus postos de trabalho.

Arquivista fabril. — É o trabalhador que nas secções de métodos, programação, planificação e preparação de trabalho, ou similares, predominantemente arquiva desenhos, catálogos, normas e toda a documentação relativa aos processos de fabrico e mão-de-obra. Procede também à entrega dos documentos, quando solicitados, e pode eventualmente proceder à reprodução de documentos.

Arquivista técnico. — É o trabalhador que, na secção de desenho, predominantemente, arquiva desenhos, catálogos, normas e toda a documentação relativa ao sector. Procede também à entrega de documentos quando solicitado e pode eventualmente proceder à reprodução de documentos.

Arvorado (construção civil). — É o trabalhador que chefia uma equipa de oficiais da mesma profissão e dos trabalhadores indiferenciados.

Arvorado em linha de montagem. — É o trabalhador que, em linha de montagem em cadeia, substitui, sempre que necessário e num intervalo de tempo relativamente curto, qualquer dos trabalhadores da respectiva linha durante a ausência destes. A sua função é a de um trabalhador polivalente dentro da respectiva linha de montagem; não lhe compete exercer funções de chefia.

Assentador de isolamentos. — É o trabalhador que prepara e aplica os produtos isolantes para revestimento de superfícies metálicas ou eventualmente outras, servindo-se de ferramentas apropriadas.

Bate-chapas (chapeiro). — É o trabalhador que executa e ou repara peças em chapa fina, enforma e desmolda por martelagem e ou prensagem, substitui peças de chapa ou partes, regulariza superfícies e respectivas ligações, alinha correctamente conjuntos e subconjuntos, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.

Bombeiro. — É o trabalhador que assegura condições de segurança e combate contra incêndios e presta primeiros socorros a sinistrados. Poderá efectuar montagem de mangueiras, a fim de conduzir fluidos a diversos locais da empresa onde seja necessário.

Caixa. — É o trabalhador que, nos escritórios, tem a seu cargo como função exclusiva ou predominante o serviço de recebimento, pagamento e guarda de dinheiros e valores; prepara os sobrescritos segundo as folhas de pagamento. Pode preparar os fundos desti-

nados a serem depositados e tomar as disposições necessárias para os levantamentos.

Caixa de balcão. — É o trabalhador que, exclusiva ou predominantemente, recebe numerário ou cheques em pagamento de mercadorias ou serviços no local de venda, verifica as somas devidas, passa um recibo ou bilhete, conforme o caso, e regista estas operações em folhas de caixa.

Caixeiro. — É o trabalhador que vende mercadorias, no comércio, por grosso ou a retalho, elaborando guias de remessa (vendas a dinheiro ou crédito) no momento da venda. Fala com o cliente no local de venda e informa-se do género de produto que deseja; ajuda o cliente a efectuar a escolha do produto, enuncia o preço, cuida da embalagem do produto ou toma as medidas necessárias para a sua entrega; recebe encomendas, elabora notas de encomenda e transmite-as para execução. Poderá eventualmente colaborar na conferência e arrumação das mercadorias entradas na loja. É por vezes encarregado de fazer o inventário periódico das existências.

Caixeiro-ajudante. — É o trabalhador que, terminado o período de aprendizagem, estagia para caixeiro.

Caixeiro-encarregado geral. — É o trabalhador a quem compete coordenar e orientar o serviço dos caixeiros encarregados ou chefes de secção.

Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção. — É o trabalhador a quem compete dirigir um estabelecimento ou uma secção e/ou que coadjuva o caixeiro-encarregado geral.

Caixoteiro. — É o trabalhador que constrói e repara caixas, caixotes ou paletes de madeira para a embalagem de máquinas ou produtos diversos ligados à metalurgia, com vista à sua expedição ou armazenamento.

Canalizador. — É o trabalhador que corta, rosca e solda tubos de ferro galvanizados, chumbo, plástico ou matérias afins e executa e ou repara canalizações em edifícios, instalações industriais e outros locais.

Carpinteiro de carroçarias/estruturas. — É o trabalhador que fabrica, monta e repara, manual ou mecanicamente, estruturas para vários tipos de carroçarias, procedendo aos seus acabamentos, nomeadamente à fixação e montagem de alumínio, vidros, vedantes, fechos, guias, redes, aplicações laminadas de madeiras prensadas, revestimentos plásticos e outros.

Carpinteiro de limpos e/ou conservação. — É o trabalhador que, predominantemente, trabalha em madeiras, incluindo os respectivos acabamentos no banco da oficina ou na obra, executa os trabalhos de conservação, reparação ou modificação de equipamentos ou instalações em madeira ou matérias similares.

Carregador-descarregador. — É o trabalhador que, predominantemente, executa tarefas de carregamento e descarregamento dos materiais ou produtos, quer nas instalações da empresa, quer em outros locais.

Casquinheiro. — É o trabalhador que repara e eventualmente fabrica radiadores de refrigeração de motores e os seus componentes, e ainda acessórios ornamentais para viaturas automóveis.

Chefe de compras. — É o trabalhador especialmente encarregado de apreciar e/ou adquirir os artigos para uso e venda no estabelecimento de acordo com a política da empresa.

Chefe de equipa (chefe de grupo). — É o trabalhador que, executando ou não funções da sua profissão, na dependência de um superior hierárquico, dirige e orienta directamente um grupo de profissionais que executem funções análogas e/ou complementares.

Nota. — Incluem-se nesta profissão os trabalhadores designados por operário-chefe.

Chefe de linha de montagem. — É o trabalhador que, sob a orientação de um superior hierárquico, dirige, controla e coordena directamente um grupo de trabalhadores e dois ou mais chefes de equipa.

Chefe de secção. — É o trabalhador que coordena, dirige e controla o trabalho de um grupo de profissionais de escritório e correlativos.

Chefe de vendas. — É o trabalhador que dirige, coordena ou controla um ou mais sectores de venda da empresa.

Cobrador. — É o trabalhador que efectua, fora dos escritórios, recebimentos, pagamentos e depósitos ou serviços análogos.

Condutor de máquinas e aparelhos de elevação e transporte. — É o trabalhador que dentro das instalações da empresa conduz guinchos, pontes e pórticos rolantes, em empilhadores, gruas de elevação e quaisquer outras máquinas de força motriz para transporte e arrumação de materiais ou produtos. Estas máquinas só podem ter capacidade até 15 t de carga, e estarem equipadas com lanças de comprimento inferior a 15 m e serem manobradas a menos de 10 m de altura.

Conferente. — É o trabalhador que desempenha predominantemente as funções de abertura de caixotes de peças e acessórios, desencaixotamento, confere e classifica o material e eventualmente regista a entrada e/ou a saída de mercadorias e/ou materiais com vista ao seu acondicionamento ou expedição.

Conferente abastecedor de linha. — É o trabalhador que, nas oficinas e em linhas de montagem, confere e verifica o material quanto ao seu estado e o distribui pelos postos de trabalho.

Contabilista. — É o trabalhador que organiza e dirige os serviços de contabilidade e emite parecer sobre problemas de natureza contabilística; estuda a planificação dos circuitos contabilísticos, analisando os diversos sectores de actividade da empresa, de forma a assegurar uma recolha de elementos precisos com vista à determinação de custos e resultados de exploração; elabora o plano de contas a utilizar

para obtenção dos elementos mais adequados à gestão económico-financeira e cumprimento da legislação comercial e fiscal; supervisiona a escrituração dos registos e livros de contabilidade, coordenando, orientando e dirigindo os empregados encarregados dessa execução; fornece os elementos contabilísticos necessários à definição da política orçamental e organiza e assegura o *contrôle* de execução do orçamento; elabora ou certifica os balancetes e outras informações contabilísticas a submeter à administração ou a fornecer a serviços públicos; procede ao apuramento de resultados, dirigindo o encerramento das contas e a elaboração do respectivo balanço, que apresenta e assina; elabora o relatório explicativo que acompanha a apresentação de contas e fornece indicações para essa elaboração; efectua as revisões contabilísticas necessárias, verificando os livros ou registos para se certificar da correcção da respectiva escrituração. Pode subscrever a escrita da empresa, sendo o responsável pela contabilidade das empresas dos grupos A e B a que se refere o Código da Contribuição Industrial, perante a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Nestes casos tem o título de técnico de contas.

Contínuo. — É o trabalhador cuja missão consiste em anunciar visitantes, fazer a entrega de documentos, mensagens e objectos inerentes ao serviço interno e estampilhar ou entregar correspondência. Quando menor de 18 anos, pode ser denominado por paquete. Pode ainda executar o serviço de reprodução de documentos, de endereçamento, assim como serviços externos que não sejam predominantemente os já definidos como atribuições de outras categorias profissionais.

Controlador de aplicação. — É o trabalhador que planifica, prepara e controla diariamente os documentos para perfuração ou codificação, verifica a qualidade e a exactidão de documentos entrados e saídos de um sistema automatizado de informação. Pode ainda preparar e controlar os dados recolhidos para introdução num sistema de tratamento de dados.

Controlador-caixa (hotelaria). — É o trabalhador cuja actividade predominante consiste na emissão das contas de consumo nas salas de refeições, recebimentos das importâncias respectivas, mesmo quando se trate de processos de pré-pagamento ou venda e recebimento de senhas, elaboração dos mapas de movimento da sala em que preste serviço, e auxilia os serviços de *contrôle* e recepção.

Controlador de qualidade. — É o trabalhador que verifica se o trabalho executado ou em execução corresponde às características expressas em desenhos, normas de fabrico ou especificações técnicas. Detecta e assinala possíveis defeitos ou inexactidões de execução ou acabamento, podendo eventualmente elaborar relatórios simples.

Correspondente em linguas estrangeiras. — É o trabalhador que redige cartas, eventualmente notando-as em estenografia, e quaisquer outros documentos de escritório em linguas estrangeiras, dando-lhes seguimento apropriado; lê e traduz, se necessário, o cor-

reio recebido e junta-lhe a correspondência anterior sobre o mesmo assunto; estuda documentos e informa-se sobre a matéria em questão ou recebe instruções definidas com vista à resposta; redige textos e faz rascunhos de cartas, normalmente em língua estrangeira, dita-as ou dactilografa-as. Pode ser encarregado de se ocupar dos respectivos processos.

Cortador de metal. — É o trabalhador que, por desenho ou instruções que lhe são fornecidas, e em máquinas de disco ou mó de diamante, procede ao corte e rectificação de metal.

Cortador ou serrador de materiais. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, corta perfilados, chapas metálicas, vidros e plásticos. As máquinas e ferramentas que utiliza são afinadas e reguladas por outrem, só o sendo pelo próprio, excepcionalmente, na ausência imprevista do trabalhador que normalmente procede à referida afinação e regulação.

Cortador de tecidos ou pergamóides. — É o trabalhador que coloca em lote as peças de tecido ou pergamóide a cortar, conta-as, marca as linhas de corte e corta-as com o auxílio de máquina apropriada.

Cozinheiro. — É o trabalhador que prepara, tempera e cozinha os alimentos destinados às refeições; elabora ou contribui para a composição das ementas; recebe os víveres e outros produtos necessários à sua confecção, podendo ser incumbido de proceder à sua requisição, tendo em conta o número provável de utentes; amanha o peixe, prepara os legumes e as carnes, procede à execução das operações culinárias, segundo o tipo de pratos a confeccionar, e emprata-os e guarnece-os; executa ou vela pela limpeza da cozinha e dos utensílios. Quando exerça a chefia da cozinha, compete-lhe ainda organizar, coordenar e dirigir os trabalhos da mesma e, em especial, requisitar os géneros necessários à confecção das ementas; organiza o serviço e a distribuição dos turnos do pessoal e seus horários, vigia a sua apresentação e higiene; mantém em dia o inventário de todo o material de cozinha; trata do aprovisionamento (da cozinha) e do registo dos consumos.

Cronometrista. — É o trabalhador que analisa os ciclos operatórios de tarefas executadas nos postos de trabalho, procedendo à medição dos tempos de execução, ritmos ou cadência de trabalho, podendo registar em impressos próprios as medidas que efectua.

Dactilógrafo. — É o trabalhador que, predominantemente, executa trabalhos dactilográficos minutados ou redigidos por outrem, podendo acessoriamente executar serviços auxiliares de escritório, nomeadamente de arquivo, registo ou cópia de correspondência.

Decapador por processos químicos. — É o trabalhador que, por processos químicos, prepara peças metálicas para ulteriores operações industriais, retirando-lhes impurezas, gorduras ou óxidos, proce-

dendo a outras operações até obter o estado desejado para que a peça receba a protecção que lhe vai ser aplicada.

Demonstrador de máquinas e equipamentos. — É o trabalhador que efectua demonstrações, dentro ou fora das instalações, de diversos tipos de viaturas, máquinas e equipamentos ou acessórios, com o objectivo de permitir que os clientes se apercebam das suas características, das qualidades técnicas e do conveniente funcionamento dos mesmos.

Desempenador. — É o trabalhador que, manual ou mecanicamente, procede a desempenos simples em peças ou materiais, sem que para isso utilize régua, esquadros ou outras ferramentas de precisão ou plano de desempenho.

Desenhador de estudos. — É o trabalhador que, a partir de directivas definidas superiormente, estuda, modifica, amplia e executa desenhos de conjunto ou de pormenor relativos a anteprojectos e projectos simples de construção, instalação, equipamentos, manutenção ou reparação, com base em elementos por ele recolhidos ou que lhe sejam fornecidos. Estuda solução alternativa de procedimento e propõe as mais aconselháveis, os materiais a utilizar, os acabamentos e tolerâncias a respeitar, as formas de ligação dos elementos e a normalização aplicável. Desenha e pormenoriza as peças até ao pormenor necessário para a sua execução em obra, utilizando conhecimentos de materiais e a tecnologia de execução. Pode eventualmente orientar outros trabalhadores da sua especialidade. Executa as tarefas da sua função sob directivas gerais e com liberdade para escolha de processos de execução.

Desenhador gráfico. — É o trabalhador que, conforme a especialidade, executa trabalhos gráficos ou publicitários a partir de esboços ou elementos técnicos fornecidos. Copia por decalque ou amplia, através de aparelhagem apropriada ou técnicas de desenho, cada uma das cores da maquete com tintas-da-china autográficas ou tintas opacas (nanquins) para posterior execução de películas fotográficas. Em litografia poderá desenhar, a lápis ou a tinta, cada uma das cores do original ou maquete, dando-lhes ponto ou não, inclinações, esbatidos ou pintura ou por sombra, ou fazer as necessárias gravações.

Desenhador maquetista. — É o trabalhador que, a partir dos dados verbais ou escritos, cria esboços e maquetiza todo o material gráfico ou campanha publicitária destinada à imprensa, televisão, postos de venda, publicidade exterior e directa, marcas, livros, folhetos, logótipos, papel de carta, embalagens, stands ou montras.

Desenhador projectista. — É o trabalhador que participa, de harmonia com o ramo de actividade sectorial ou especialidade(s), na concepção, no estudo e na elaboração de anteprojectos e projectos, colhendo os elementos indispensáveis às soluções em estudo alternativas, gerais ou parcelares, em planos de conjunto e de execução; a partir de um programa dado, verbal ou escrito, estuda, esboça ou projecta a totalidade de um conjunto, ou partes de um conjunto,

concebendo a sua estruturação e interligação; prepara planos para execução, desenhos de conjunto ou de pormenor, listagem de materiais e especificações técnicas, podendo elaborar notas decorativas e de síntese incluídas em desenhos que completem ou esclareçam aspectos particulares das peças desenhadas com perfeita observância de normas e regulamentos técnicos e efectua cálculos necessários que não sejam específicos de profissionais de engenharia; pode fazer a recepção de desenhos e proceder à sua verificação, preparando estudos de soluções alternativas a planos gerais e a projectos executivos; colabora, sempre que necessário, na preparação de cadernos de encargos, elementos para orçamento e processos para concurso; com base na sua experiência técnico-profissional e percepção das concepções e formas estruturais apresentadas para estudo e elaboração, responde a solicitações de trabalho em termos de desenvolvimento de projectos. Executa tarefas da sua função sob directivas gerais e com liberdade para conceber e definir os processos de execução e planejar algumas acções decorrentes; o seu trabalho não é supervisionado em pormenor, podendo comportar normalmente a orientação ou coordenação de outros profissionais.

Desenhador retocador (artes gráficas). — É o trabalhador que, a partir de uma maquete ou dispositivos, interpreta tecnicamente e executa, sobre película fotográfica, cartazes, folhetos, calendários, marcas, rótulos, etc. Poderá dar assistência aos trabalhos em execução.

Despenseiro. — É o trabalhador que armazena, conserva e distribui géneros alimentícios e outros produtos em refeitórios; recebe os produtos e verifica se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas notas de encomenda; arruma-os convenientemente, cuida da sua conservação e fornece, mediante requisição, os produtos que lhe sejam solicitados. Mantém actualizado o seu registo, verifica periodicamente as existências e informa superiormente sobre as necessidades de aquisição. Pode ser incumbido de efectuar a compra de géneros de consumo diário.

Detector de deficiências de fabrico. — É o trabalhador que, de forma simples, por tacto, visão ou utilizando instrumentos de fácil leitura, verifica se o produto adquirido, em curso de fabrico ou acabado está em condições de utilização, separando o que apresenta deficiências; para o efeito recebe instruções simples.

Director de serviços. — É o trabalhador que estuda, dirige, organiza e coordena, nos limites dos poderes de que está investido, as actividades da empresa, ou de um ou vários dos seus departamentos. Exerce funções tais como: colaborar na determinação da política da empresa; planejar a utilização mais conveniente da mão-de-obra, equipamento, materiais, instalações e capitais; orientar, dirigir e fiscalizar a actividade da empresa segundo os planos estabelecidos, a política adoptada e as normas e regulamentos prescritos; criar e manter uma estrutura que permita explorar e dirigir a empresa de maneira eficaz; colaborar na fixação da política financeira e ou outras e exercer a verificação dos custos.

Distribuidor. — É o trabalhador que distribui mercadorias por clientes ou sector de vendas, podendo auxiliar nos serviços de embalagem e acondicionamento dessas mercadorias.

Electricista. — É o trabalhador que instala, conserva e repara circuitos e aparelhagem eléctrica em estabelecimentos comerciais ou industriais e outros locais; orienta, frequentemente, a sua actividade por desenhos, esquemas ou outras especificações técnicas, que interpreta.

Electricista auto. — É o trabalhador que instala, repara, conserva e ensaia circuitos e aparelhagem eléctrica nomeadamente circuitos e aparelhagem de sinalização, iluminação, acústica, aquecimento, ignição, combustível, gerador, distribuidor e acumulador. Utiliza normalmente esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista bobinador. — É o trabalhador que, utilizando dispositivos adequados, bobina e ensaia toda a gama de máquinas eléctricas, bobinas e transformadores de alta e baixa tensão, de acordo com as suas características eléctricas. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Electricista de baixa tensão. — É o trabalhador que instala, conserva e repara circuitos de baixa tensão e executa as tarefas fundamentais do electricista, mas em relação a circuitos e aparelhagem eléctrica de baixa tensão.

Electricista de conservação industrial. — É o trabalhador que monta, ajusta, instala, conserva e repara diversos tipos de circuitos, máquinas e aparelhagem eléctrica de comando, corte e protecção de baixa tensão em fábricas, oficinas ou nos locais de utilização. Inspecciona periodicamente o funcionamento dos circuitos, máquinas e aparelhagem e determina as suas revisões. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Embalador. — É o trabalhador que predominantemente embala e ou desembala mercadorias diversas, por métodos manuais ou mecânicos, com vista à sua exposição ou armazenamento.

Empilhador. — É o trabalhador cuja actividade predominante é empilhar ou enlotar mercadorias por processos físicos ou mecânicos, podendo eventualmente executar outras tarefas afins.

Empregado de balcão. — É o trabalhador que serve bebidas e refeições ao balcão, coloca no balcão toalhetes, pratos, copos, talheres e demais utensílios necessários; serve os vários pratos e bebidas, substitui a louça servida, prepara e serve misturas, hatidos, sandes, cafés, infusões e outros artigos complementares das refeições. Por vezes prepara pratos de rápida confecção, tais como bifés e omeletas. Fornece aos empregados das mesas os artigos por estes solicitados, passa as contas e cobra as importâncias ou respectivos consumos e arrecada os documentos e créditos autorizados. Executa ou coopera nos trabalhos de asseio, arrumação e abastecimento da secção.

Empregado de lavanderia. — É o trabalhador que procede à recepção, lavagem e secagem manual ou mecânica dos fatos e sapatos de trabalho, engoma roupas e faz arranjos de costura sempre que necessário.

Empregado de refeitório. — É o trabalhador que executa nos diversos sectores de um refeitório trabalhos relativos ao serviço das refeições; empacota ou dispõe talheres e outros utensílios destinados às refeições; prepara as salas, lavando e dispondo mesas e cadeiras da forma mais conveniente; coloca nos balcões ou nas mesas pão, fruta, doces, sumos, vinhos, cafés e outros artigos de consumo, recepciona e distribui refeições, levanta tabuleiros ou louças das mesas e transporta-os para a copa; lava louças, recipientes e outros utensílios. Pode proceder a serviços de preparação das refeições e executar serviços de limpeza e asseio dos diversos sectores.

Encadernador. — É o trabalhador que executa a totalidade ou as principais tarefas em que se decompõe o trabalho de encadernação. Vigia e orienta a dobragem, alceamento e passagem à letra; abre os sulcos do tipo de costura e dimensão da obra; faz o lombo, corta e apara, faz o revestimento; prepara e cola as guardas; confecciona ainda álbuns, pastas de secretária, caixas de arquivo e outros arquivos e obras de encadernação. Dá às peles diferentes tonalidades e efeitos. Pode encadernar livros usados ou restaurar obras antigas. Pode agrafar ou aplicar títulos e desenhos a ouro por meio de balancé.

Encalcador. — É o trabalhador que veda as juntas de peças metálicas utilizando ferramentas manuais ou mecânicas apropriadas. Bate as juntas, esmagando-lhes os rebordos de forma a obter vedação. Pode chanfrar bordos de chaparia ou afagar determinadas superfícies de soldaduras.

Encarregado. — É o trabalhador que dirige, coordena e orienta directamente chefes de linha de montagem e ou chefes de equipa e ou outros trabalhadores com profissões comuns ou diversas. Incluem-se nesta categoria profissional os trabalhadores que, estando classificados como chefes de equipa, são coordenados directamente pela entidade patronal.

Encarregado de armazém. — É o trabalhador que dirige os trabalhadores e toda a actividade de armazém, responsabilizando-se pelo bom funcionamento do mesmo.

Encarregado geral de armazém. — É o trabalhador que dirige e coordena a acção de dois ou mais encarregados de armazém.

Encarregado de garagens. — É o trabalhador que nas garagens, estações de serviço, postos de abastecimento, parques de estacionamento e nos estabelecimentos de combustíveis, lubrificantes e de pneus substitui e ou representa, eventualmente, a gerência, atende clientes, cobra facturas, orienta o movimento interno, fiscaliza e auxilia o restante pessoal e, quando expressamente autorizado, ajusta contratos e admite pessoal.

Encarregado geral. — É o trabalhador que, nos limites de poderes em que está investido, organiza os seus serviços, dirigindo e coordenando directamente um ou mais encarregados.

Encarregado de refeitório. — É o trabalhador que organiza, coordena, orienta e vigia os serviços de um refeitório. Requisita géneros, utensílios e quaisquer outros produtos necessários ao normal funcionamento dos serviços. Fixa ou colabora no estabelecimento das ementas, tomando em consideração o tipo de trabalhadores a que se destinam e o valor dietético dos alimentos. Distribui as tarefas ao pessoal, velando pelo cumprimento das regras de higiene, eficiência e disciplina. Verifica a quantidade e qualidade das refeições. Elabora mapas explicativos das refeições fornecidas, para posterior contabilização. Pode ainda ser encarregado de receber os produtos e verificar se coincidem em quantidade e qualidade com os discriminados nas requisições.

Enfermeiro. — É o trabalhador que administra a terapêutica e os tratamentos prescritos pelo médico; presta primeiros socorros de urgência; presta cuidados de enfermagem básicos e globais aos trabalhadores da empresa, sãos ou doentes; faz educação sanitária, ensinando os cuidados a ter não só para manter o seu grau de saúde e até a aumentá-lo, com especial ênfase para as medidas de protecção e segurança no trabalho, como prevenir as doenças em geral e as profissionais em particular; observa os trabalhadores sãos ou doentes, verifica a temperatura, pulso, respiração, tensão arterial, peso, altura, procurando detectar precocemente sinais e sintomas de doença e encaminhá-los para o médico; auxiliar o médico na consulta e nos meios complementares de diagnóstico e tratamento; responsabiliza-se pelo equipamento médico; efectua registos relacionados com a sua actividade, por forma a informar o médico e assegurar a continuidade dos cuidados de enfermagem.

Ensaaiador-afinador. — É o trabalhador que predominantemente analisa o estado das máquinas ou veículos a reparar, a fim de determinar as reparações a efectuar e ultimar as respectivas afinações depois da reparação ou na fase final de fabricação.

Entregador de ferramentas, materiais ou produtos. — É o trabalhador que nos armazéns entrega as ferramentas, materiais ou produtos que lhe são requisitados, sem ter a seu cargo o registo e controlo das existências dos mesmos. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que em linhas de montagem procedem à distribuição de materiais e produtos pelos postos de trabalho.

Escolhedor e classificador de sucata. — É o trabalhador que escolhe e classifica sucata de metais destinados a fusão e outros fins, podendo, se necessário, proceder à desmontagem simples.

Escriturário. — É o trabalhador que executa várias tarefas, que variam consoante a natureza e importância do escritório onde trabalha; nomeadamente, redige relatórios, cartas, notas informativas e documentos, manualmente ou à máquina, dando-lhes

seguimento apropriado; tira as notas necessárias à execução das tarefas que lhe competem; examina o correio recebido, separa-o, classifica-o e compila os dados que são necessários para preparar as respostas; elabora, ordena ou prepara os documentos relativos à encomenda, distribuição e regularização das compras e vendas; recebe pedidos de informação e transmite-os à pessoa ou serviço competente; põe em caixa os pagamentos de contas e despesas, assim como outras operações contabilísticas, estabelece o extracto das operações efectuadas e de outros documentos para informação da direcção; atende os candidatos às vagas existentes, informa-os das condições de admissão e efectua registos de pessoal; preenche formulários oficiais e internos relativos ao pessoal ou à empresa, ordena e arquiva notas de livranças, recibos, cartas e outros documentos e elabora dados estatísticos e atende o telefone nos casos inerentes à sua função. Acessoriamente nota em estenografia, escreve à máquina e opera com máquinas de escritório. Pode ainda efectuar, fora do escritório, serviços necessários ao andamento de processos em tribunais ou repartições públicas.

Estagiário. — É o trabalhador que se prepara para ingressar na categoria de escriturário.

Estagiário a lavador. — É o trabalhador que ajuda ou pratica no serviço de lavagem.

Estagiário a lubrificador. — É o trabalhador que ajuda ou pratica no serviço de lubrificador.

Estanhador. — É o trabalhador que, com o auxílio de equipamento adequado, aplica um revestimento de estanho sobre peças ou materiais para os proteger. Prepara e executa operações de soldadura e enchiamentos a estanho, assim como outras operações inerentes a esta profissão.

Esteno-dactilógrafo em língua estrangeira. — É o trabalhador que, em mais de um idioma, anota em estenografia e transcreve em dactilografia cartas, relatórios, minutas, manuscritos e registos de máquinas de ditar.

Esteno-dactilógrafo em língua portuguesa. — É o trabalhador que, em língua portuguesa, anota em estenografia e transcreve em dactilografia cartas, relatórios, minutas, manuscritos e registos de máquinas de ditar.

Estofador. — É o trabalhador que traça os moldes e o material e executa as operações de talhar, coser, enchumazar, pregar ou grampar na confecção e reparação de estofos, guarnições e outros componentes de veículos, móveis ou outras estruturas. Pode proceder às montagens inerentes à função e operações subsequentes necessárias ao seu desenvolvimento, designadamente reparação de entradas de água, desde que compatíveis com os seus conhecimentos profissionais e com o seu trabalho quotidiano.

Estofador em série e ou colchoeiro mecânico. — É o trabalhador que, em fabricação em série, monta enchimentos, capas, guarnições ou outros materiais inerentes à estofagem e ou que opera uma máquina

de debruar colchões de molas. Incluem-se aqui os trabalhadores que operem com máquinas de soldar plásticos e pergamóides por alta frequência.

Estucador (construção civil). — É o trabalhador que trabalha em esboços, estuques e lambris. Não interpreta desenhos ou plantas.

Experimentador. — É o trabalhador que, na linha de montagem, experimenta e verifica as unidades em curso de montagem, a fim de assinalar anomalias no funcionamento tendo em vista a sua posterior correcção.

Ferrageiro. — É o trabalhador que monta, acerta ou conjuga ferragens normais, tais como dobradiças, fechos, fechaduras, puxadores e outros artigos afins.

Ferramenteiro. — É o trabalhador que controla as entradas e saídas de ferramentas, dispositivos ou materiais acessórios, procede à sua verificação e conservação e a operação simples de reparação. Controla as existências, faz requisições para abastecimento da ferramentaria e procede ao seu recebimento e ou entrega.

Fiel de armazém. — É o trabalhador que superintende nas operações de entrada e saída de mercadorias e ou materiais; executa ou fiscaliza os respectivos documentos; responsabiliza-se pela enumeração e conservação das mercadorias e ou materiais; examina a concordância entre as mercadorias recebidas e as notas de encomenda, recibos ou outros documentos e toma nota dos danos e perdas; orienta e controla a distribuição das mercadorias pelos sectores da empresa, utentes ou clientes; promove a elaboração de inventários; colabora com o superior hierárquico na organização do material do armazém.

Foguetiro. — É o trabalhador que alimenta e conduz geradores de vapor, competindo-lhe, além do estabelecido pelo Regulamento da Profissão de Foguetiro, aprovado pelo Decreto n.º 46 989, de 30 de Abril de 1966, a limpeza do tubular, fornalhas e condutas e providenciar pelo bom funcionamento de todos os acessórios, bem como pelas bombas de alimentação de água e de combustível.

Forjador. — É o trabalhador que forja, martelando, manual ou mecanicamente, metais aquecidos e fabricando ou reparando peças e ferramentas. Pode proceder também à execução de soldaduras por caldeamento e tratamentos térmicos de recozimento, têmpera ou revenido.

Fresador mecânico. — É o trabalhador que, operando uma fresadora, executa trabalhos de fresagem de peças, trabalhando por desenhos ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Fundidor-moldador manual. — É o trabalhador que, com base em determinados métodos de fabrico que lhe são fornecidos, executa manualmente molições em areia, utilizando moldes soltos ou cêrceas.

Gerente comercial. — É o trabalhador que, mediante procuração bastante, gere e administra o estabelecimento em substituição da entidade patronal ou em colaboração com esta, de acordo com a política da empresa que para o efeito for decidida.

Gestor de «stocks». — É o trabalhador responsável pela gestão, rotação e *contrôle* dos *stocks* de matérias-primas, materiais ou peças. Baseia-se em dados informáticos ou outros, que selecciona criteriosamente, tratando-os de acordo com a política de gestão da empresa. Quando necessário, propõe alterações do regime de gestão, rotação e *contrôle* dos *stocks* de matérias-primas, materiais ou peças.

Guarda. — É o trabalhador que assegura a defesa, vigilância e conservação das instalações gerais do escritório e/ou das instalações gerais da empresa e de outros valores que lhe estejam confiados, registando, na ausência do porteiro, entradas e saídas de mercadorias, veículos e materiais.

Guarda de garagens. — É o trabalhador a quem é confiada a guarda e vigilância das instalações e das viaturas nelas recolhidas, bem como todo o material e máquinas, podendo também proceder à venda de combustíveis e lubrificantes e à entrega de veículos aos clientes e receber facturas.

Guarda-livros. — É o trabalhador que se ocupa da escrituração de registos ou de livros de contabilidade, gerais ou especiais, analíticos ou sintéticos, selados ou não selados, executando, nomeadamente, trabalhos contabilísticos relativos ao balanço anual e apuramento dos resultados da exploração e do exercício. Pode colaborar nos inventários das existências, preparar ou mandar preparar extractos de contas simples ou com juros e executar trabalhos conexos. Não havendo secção própria de contabilidade, superintende nos referidos serviços e tem a seu cargo a elaboração dos balanços e a escrituração dos livros selados ou é responsável pela boa ordem e execução dos trabalhos.

Guilhotineiro. — É o trabalhador que, em guilhotinas apropriadas, corta chapas metálicas de diversas espessuras. Trabalha de acordo com instruções, planos de corte ou *croquis* das peças em chapa a obter na guilhotina. Regula as esperas e guias da máquina, segundo as dimensões e ângulos indicados. Pode, quando necessário, marcar nas chapas as linhas de corte.

Inspector administrativo. — É o trabalhador que tem como função predominante a inspecção no que respeita à contabilidade e administração de todos os departamentos da empresa, suas delegações, agências, escritórios ou empresas associadas.

Inspector técnico. — É o trabalhador que controla o serviço de assistência dos concessionários e agentes. Inspecciona o serviço do pessoal de assistência, fornecendo-lhe apoio de consultência e formação. Analisa reclamações dos clientes nos aspectos de garantia do produto e de eficiência na assistência, efectuando contactos directos com estes para a sua resolução. Executa programas para melhoria de condições de pro-

atividade e assistência e analisa dados deste sector de actividade, tais como rendimentos e objectivos mensais.

Inspector de vendas. — É o trabalhador que controla o serviço de agências. Inspeciona o serviço dos vendedores, caixeiros-viajantes, de praça ou praticistas, visita os clientes e informa-se das suas necessidades, recebe as reclamações dos clientes, verifica a acção dos seus inspeccionados pelas notas de encomenda, auscultação da praça, programas cumpridos, etc.

Instrutor técnico. — É o trabalhador que tem a seu cargo a escola de formação, aperfeiçoamento e especialização. Elabora toda a matéria a ministrar na formação. Rege cursos técnicos, teóricos e práticos, desde o mais modesto grau de qualificação dos instruídos ao mais elevado, em grupo ou individualmente. Os conhecimentos obtidos ao longo da sua carreira profissional, o estudo permanente das técnicas, a eventual frequência de cursos e estágios em Portugal e/ou no estrangeiro, habilitam-no a prestar, quando solicitado, apoio na resolução de problemas técnicos dentro ou fora da empresa, a solicitação desta. Traduz dados e informações de literatura estrangeira na versão portuguesa, assim como a compilação de esquemas, fórmulas e métodos operacionais de importância didáctica.

Lavador. — É o trabalhador que procede à lavagem interior ou exterior, simples ou completa dos veículos automóveis, retirando-lhes nomeadamente colas e massas, com meios próprios, executa serviços para preparação e acabamentos nas lavagens efectuadas por máquinas e eventualmente assiste a pneus e câmaras de ar.

Lavador de viaturas. — É o trabalhador que procede à lavagem interior ou exterior, simples ou composta dos veículos automóveis, retirando-lhes nomeadamente colas e massas, com meios próprios, executa serviços para preparação e acabamentos nas lavagens efectuadas por máquinas e, eventualmente, assiste a pneus e câmaras-de-ar. Eventualmente, poderá proceder à lubrificação de viaturas, desde que esta tarefa seja compatível com os seus conhecimentos profissionais e com o seu trabalho quotidiano.

Lavadeiro. — É o trabalhador que procede à limpeza de peças ou artigos metálicos em banhos detergentes, alcalinos ou acidulados, desde que fortemente diluídos em água. Incluem-se nesta categoria os profissionais que procedem ao aproveitamento de resíduos de metais não ferrosos e também os que, com o auxílio de uma escova manual ou mecânica, limpam peças antes ou depois de temperadas.

Limpador de viaturas. — É o trabalhador que, com meios ou produtos próprios, procede à limpeza das viaturas, retirando-lhes quaisquer impurezas, excesso de colas e outras substâncias.

Lubrificador. — É o trabalhador que lubrifica as máquinas, veículos e ferramentas, muda óleos nos períodos apropriados e executa os trabalhos necessários para manter em boas condições os pontos de lubrificação.

Lubrificador de veículos automóveis. — É o trabalhador especialmente incumbido de proceder à lubrificação dos veículos automóveis, mudança de óleo no motor, caixa de velocidades e diferencial, ou atesta os mesmos, vê os níveis da caixa de direcção, bateria e depósito de óleo de travões, podendo ainda proceder a operações de lavagem, sempre que a conveniência de serviço assim o justifique.

Maçariqueiro. — É o trabalhador que corta metais por meio de maçaricos oxi-acetilénicos ou outros processos de fusão; manobra máquinas automáticas e semiautomáticas de oxicorte e corta peças metálicas de várias formas.

Mandrilador mecânico. — É o trabalhador que, operando uma mandriladora, executa trabalhos de mandrilagem de peças, trabalhando por desenho ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que, em máquinas de furar radiais apropriadas, executam os mesmos trabalhos.

Manufactor de material de higiene e segurança. — É o trabalhador que executa, conserva e repara o material de protecção, individual ou colectivo, em tecido, couro e matérias plásticas.

Maquinista de força motriz. — É o trabalhador que manobra e vigia o funcionamento de uma ou mais máquinas de força motriz, quer de origem térmica quer de origem hidráulica, ou outras.

Mecânico de aparelhagem pesada de máquinas agrícolas e/ou industriais. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, repara, afina, monta, desmonta e conserva os órgãos de aparelhagem pesada de máquinas agrícolas e/ou industriais, nomeadamente de escavar, terraplanar, tractores, ceifeiras, debulhadoras e ceifeiras-debulhadoras.

Mecânico de aparelhos de precisão. — É o trabalhador que executa, repara, transforma e afina aparelhos de precisão ou peças mecânicas de determinados sistemas eléctricos, hidráulicos, mecânicos, pneumáticos, ópticos ou outros.

Mecânico de automóveis. — É o trabalhador que detecta as avarias mecânicas, afina, repara, monta e desmonta os órgãos de automóveis e de outras viaturas e executa outros trabalhos de assistência e manutenção relacionados com esta mecânica.

Mecânico de bombas de injeção. — É o trabalhador que predominantemente monta e desmonta, repara, transforma e afina bombas de injeção, injectores e executa outros trabalhos relacionados com esta mecânica.

Mecânico de madeiras. — É o trabalhador que trabalha madeira com serra de fita, engenho de furar, torno, garlopa, tupia, plaina ou outras máquinas, para fabricação de estruturas.

Mecânico de refrigeração, ar condicionado, ventilação e aquecimento. — É o trabalhador que monta e repara instalações de refrigeração, ar condicionado,

ventilação e aquecimento e a sua aparelhagem de *contrôle*. Procede à limpeza, vazio e desidratação das instalações e à sua carga com fluido frigorígeno. Faz o ensaio e ajustamento das instalações, após a montagem e afinação da respectiva aparelhagem de protecção e *contrôle*.

Medidor. — É o trabalhador que, predominantemente, efectua os cálculos dimensionais, requeridos pelo projecto ou das diferentes parcelas de uma obra a executar. No desempenho das suas funções baseia-se na análise do projecto e dos respectivos elementos escritos e desenhados e também das orientações que lhe são definidas. Elabora listas discriminativas dos custos e quantidades de materiais ou outros elementos de construção, tendo em vista, designadamente, a orçamentação, o apuramento do tempo de utilização de mão-de-obra e de equipamento e a programação de desenvolvimento dos trabalhos. No decurso da obra efectua *in loco* autos de medição, procurando ainda detectar erros, omissões ou incongruências de modo a esclarecer e avisar os técnicos responsáveis.

Medidor orçamentista. — É o trabalhador que, predominantemente, estabelece com precisão as quantidades e o custo dos materiais e da mão-de-obra para a execução de uma obra. Deverá ter conhecimentos de desenho, de matérias-primas e de processos ou métodos de execução de obra. No desempenho das suas funções baseia-se nas diversas partes componentes do projecto, memória descritiva e cadernos de encargos. Determina as quantidades de materiais e volumes de mão-de-obra e serviços necessários, e, utilizando as tabelas de preços de que dispõe, calcula os valores globais correspondentes. Organiza o orçamento. Deve completar o orçamento, que estabelece com a indicação pormenorizada de todos os materiais a empregar e operações a efectuar. Cabe-lhe providenciar para que estejam sempre actualizadas as tabelas de preços simples e compostos que utiliza.

Medidor orçamentista coordenador. — É o trabalhador que, tendo sob a sua responsabilidade um gabinete ou sector de medições e orçamentos, coordena a elaboração completa de medições e orçamentos de qualquer tipo, dado o seu conhecimento das técnicas de orçamentação, de materiais e de métodos de execução. Para isto, deverá possuir conhecimentos práticos da obra em geral. Colabora, dentro da sua especialidade, com os autores dos projectos, na elaboração dos respectivos cadernos de encargos.

Metalizador à pistola. — É o trabalhador que, utilizando equipamento apropriado, pulveriza e projecta metal fundido para cobrir materiais, peças ou objectos com camada protectora ou decorativa ou para recuperação de peças danificadas ou com desgaste.

Monitor. — É o trabalhador que ensina teórica e/ou praticamente, visando a formação e o aperfeiçoamento profissional dentro ou fora da empresa. Terá de colaborar na programação dos cursos e no seu desenvolvimento, assim como nas matérias a ministrar aos instruídos.

Montador-ajustador de máquinas. — É o trabalhador que monta e ajusta máquinas, corrigindo possíveis

deficiências, para obter o seu bom funcionamento. Incluem-se nestas profissões os trabalhadores que procedem à raspagem das peças, por forma a conseguir determinado grau de acabamento das superfícies.

Montador de estruturas metálicas ligeiras. — É o trabalhador que procede à montagem de elementos metálicos ligeiros pré-fabricados, sem que tenha de proceder a qualquer modificação nos mesmos, à excepção de pequenos acertos sem grande rigor.

Montador de peças ou órgãos mecânicos em série. — É o trabalhador que, em linhas de montagem, monta peças, aparelhos ou órgãos mecânicos e pequenos conjuntos, podendo ou não ser aplicados em máquinas. Não lhe compete qualquer modificação ou ajustamento nas peças que monta.

Montador de pneus. — É o trabalhador que procede à montagem e desmontagem de pneumáticos e à reparação de furos em pneus ou câmaras-de-ar.

Montador de pneus especializado. — É o trabalhador que procede à montagem e desmontagem de pneumáticos, reparação de furos em pneus ou câmaras-de-ar e à calibragem das rodas e/ou alinhamento de direcção.

Montador-reconstrutor de baterias. — É o trabalhador que efectua a montagem e conservação dos diversos elementos constituintes de baterias ou acumuladores, monta as placas e outros elementos de uma bateria, liga as placas umas às outras por soldadura, fecha as baterias, prepara o electrólito, efectua a ligação da bateria às barras de distribuição, controla a carga com auxílio de aparelhos eléctricos de medida e retira e substitui as placas deficientes. Pode executar apenas parte destas operações e ser denominado em conformidade.

Motorista (pesados ou ligeiros). — É o trabalhador que, possuindo carta de condução profissional, tem a seu cargo a condução de veículos automóveis (pesados ou ligeiros), competindo-lhe ainda zelar pela boa conservação do veículo e pela carga que transporta. Procede à verificação directa dos níveis de óleo, água e combustível e do estado e pressão dos pneumáticos. Quando em condução de veículos de carga, compete-lhe orientar as cargas e descargas e arrumação das mercadorias transportadas. Em caso de avaria ou acidente, toma as providências adequadas e recolhe os elementos necessários para apreciação das entidades competentes.

Movimentador de carros em parques. — É o trabalhador que movimenta nas linhas de montagem as unidades e as arruma nos parques da empresa.

Operador de banhos químicos e/ou electroquímicos. — É o trabalhador que coloca e retira, em instalações apropriadas, objectos de metal para tratamento por processos químicos e/ou electroquímicos e conduz os banhos segundo instruções que lhe são fornecidas, a fim de se obterem depósitos metálicos, regularização das superfícies (abrilhantamento), oxidação anódica ou outro tratamento semelhante. In-

cluem-se nesta profissão os metalizadores por imersão em banho de metal em fusão.

Operador de computador. — É o trabalhador que planifica o trabalho a realizar e controla a sua execução. Quer em multiprocessamento quer em monoprocesso, opera e controla o computador através da consola. Prepara o computador para execução dos programas e é responsável pelo cumprimento dos prazos previstos para cada operação. Pode orientar a secção dos operadores de periférico.

Operador de engenho de coluna ou portátil. — É o trabalhador que no engenho de furar de coluna ou portátil executa furação, roscagem e facejamento no material ou peças devidamente marcadas e/ou, na falta de marcação, pode utilizar ferramentas adequadas de simples manejo, como esperas ou apoios previamente regulados por outrem.

Operador de estufa. — É o trabalhador que controla o funcionamento de estufas e procede à carga e descarga das mesmas.

Operador heliográfico. — É o trabalhador que predominantemente trabalha com máquina heliográfica, corta e dobra as cópias heliográficas, podendo acessoriamente efectuar outro tipo de reprodução de documentos.

Operador de laboratório químico. — É o trabalhador que procede a análises químicas de materiais ferrosos e/ou não ferrosos e a exames metalográficos, sabendo interpretar os resultados, nomeadamente controlar a composição, qualidade e propriedades de matérias-primas.

Operador de máquinas auxiliares. — É o trabalhador que opera com máquinas auxiliares de escritório, tais como fotocopiadores e duplicadores, com vista à reprodução de documentos; máquinas de imprimir endereços e outras indicações análogas; máquinas de corte e separação de papel, incluindo trabalhos com chapas fotográficas ou serviços idênticos.

Operador de máquinas auxiliares (informático). — É o trabalhador que opera todos os tipos de máquinas auxiliares existentes, tais como máquinas de corte e separação de papel, e reprodutoras de documentos.

Operador de máquinas de contabilidade. — É o trabalhador que opera máquinas de registo de operações contabilísticas; faz lançamentos, simples registos ou cálculos estatísticos; verifica a exactidão das facturas, recibos e outros documentos. Por vezes, executa diversos trabalhos de escritório, relacionados com as operações de contabilidade.

Operador de máquinas de fundição injectada. — É o trabalhador que opera máquinas de fundição injectada procedendo à montagem e desmontagem das respectivas ferramentas.

Operador de máquinas para o fabrico de colchões ou estofos. — É o trabalhador que pode operar as seguintes máquinas: de agafar, de costura e de acol

choar e ou manualmente executar as operações de encher colchões ou almofadas.

Operador mecanográfico. — É o trabalhador que abastece e opera com máquinas mecanográficas tais como interpretadoras, separadoras, reprodutoras, intercaladoras, calculadoras, tabuladoras; prepara a máquina para o trabalho a realizar mediante o programa que lhe é fornecido; assegura o funcionamento do sistema de alimentação; vigia o funcionamento e executa o trabalho consoante as indicações recebidas; recolhe os resultados obtidos; regista o trabalho realizado e comunica superiormente as anomalias verificadas na sua execução.

Operador periférico. — É o trabalhador que opera o computador, em especial nos seus órgãos periféricos, sob a orientação do operador de computador. Pode eventualmente preparar o computador para execução dos programas. Acessoriamente, em centros de pequena dimensão opera e controla equipamento mecanográfico clássico e cartões perfurados e máquinas auxiliares tais como máquinas de corte, ordenadoras e separadoras de papel.

Operador de prensa (ou de balancé). — É o trabalhador que afina, regula e manobra máquinas, à excepção das prensas de forjar ou das máquinas de enformar, chapas de aço, nas quais se aplicam mecanicamente, contra o metal, matrizes, punções, alfeces, lâminas ou outras ferramentas, para cortar, dobrar, aparar, desempenar ou enformar por outro processo e para o efeito de acordo com o desenho, plano de corte, ou escantilhão próprio; monta e regula esperas ou guias e fixa os dispositivos ou ferramentas de corte ou de enformar (punção, alfece, cunhos, matrizes e lâminas).

Operador de quinadeira e ou viradeira e ou calandra. — É o trabalhador que, utilizando máquinas apropriadas, quina, dobra ou enrola chapas ou outros materiais metálicos segundo formas previamente determinadas.

Operador de «telex». — É o trabalhador que transmite e recebe mensagens numa ou mais línguas para e de diferentes postos de telex; transcreve as mensagens e efectua os preparativos necessários para a sua transmissão e transmite-as; recebe mensagens transmitidas pelos telimpressores; arquiva mensagens para consulta posterior; providencia pela manutenção do material para o normal funcionamento do serviço.

Operário não especializado. — É o trabalhador que exerce funções simples, indiferenciadas, repetitivas e normalmente não especificadas.

Orçamentista. — É o trabalhador que, interpretando normas, especificações, utilizando tabelas e outros elementos que lhe são fornecidos, efectua cálculos e obtém os resultados necessários à previsão e controle dos custos de mão-de-obra e dos produtos.

Paquete. — É o trabalhador menor de 18 anos que presta os serviços enumerados para o contínuo.

Pedreiro (trolha). — É o trabalhador que exclusiva ou predominantemente executa alvenarias de tijolo,

pedra ou blocos, podendo também fazer assentamento de manilhas, tubos ou cantarias, rebocos ou outros trabalhos similares ou complementares, podendo executar serviços de conservação e reparação e de construção civil. Não interpreta desenhos ou plantas.

Perfurador-verificador/operador de dados. — É o trabalhador que opera máquinas que registam dados sob a forma de banda, fita, *disquette*, *cassette* ou perfuração em cartões que serão posteriormente utilizados nas máquinas de tratamento automático de informação ou outras. Pode também verificar a exactidão dos dados perfurados ou registados, efectuando tarefas semelhantes às que são executadas para a perfuração ou registo.

Pintor da construção civil. — É o trabalhador que predominantemente prepara ou repara para pintar superfícies de estuque, reboco, madeira ou metal. Desmonta e monta ferragens que se encontram aplicadas, prepara e aplica aparelhos e outras tintas primárias, prepara e aplica massas, betumando ou barrando. Aplica tintas de acabamento manual ou mecanicamente, afina as respectivas cores e enverniza.

Pintor de veículos, máquinas ou móveis. — É o trabalhador que prepara as superfícies das máquinas, velocípedes com ou sem motor, móveis e veículos ou seus componentes e outros objectos. Aplica as demãos de primário, capa e subcapa e de tinta de esmalte, podendo, quando necessário, afinar as tintas e proceder ao respectivo polimento.

Planeador (programador de fabrico). — É o trabalhador que, tendo em conta diversos elementos que lhe são fornecidos, nomeadamente ordens de execução ou pedidos de trabalho, analisa e prepara uma adequada distribuição de trabalho tendo em conta os tempos e prazos de execução bem como a melhor utilização da mão-de-obra e do equipamento. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que elaboram estatísticas industriais.

Planificador (1.º escalão). — É o trabalhador que, além de desempenhar as funções indicadas para o planificador do 2.º escalão coordena a progressão das planificações ou programas em curso, fundamentalmente tornando-os compatíveis e exequíveis no tempo e nas disponibilidades da produção. Para a resolução de situações de desvios de planificação ou programação, toma iniciativas tendentes ao cumprimento das obrigações assumidas, transmitindo às diferentes actividades sectoriais as decisões tomadas.

Planificador (2.º escalão). — É o trabalhador que, utilizando técnicas de planificação e sistemas de programação de médio e longo prazos a partir de elementos de projecto, orçamento, obrigações contratuais e outros, elabora a planificação ou programa das obras estabelecendo o esquema de desenvolvimento das diferentes actividades sectoriais que participam na respectiva execução, prevenindo os prazos e meios de acção necessários, materiais e humanos, requeridos, tendo em atenção a planificação ou programação já estabelecida para as obras em curso. Elabora, organiza e coordena toda a documentação necessária e rela-

cionada com a planificação ou programação de médio e longo prazos.

Polidor. — É o trabalhador que manual ou mecanicamente procede ao polimento de superfícies de peças metálicas e de outros materiais, utilizando discos de pófir em arame de aço, esmenil, lixa, feltro, pano ou outros.

Porteiro. — É o trabalhador cuja missão consiste principalmente em vigiar as entradas e saídas de pessoal ou visitantes das instalações, mercadorias e viaturas e recebe correspondência.

Praticante. — É o trabalhador com menos de 18 anos de idade em regime de aprendizagem para caixeiro ou profissional de armazém, consoante o serviço em que está inserido.

Pré-oficial (electricista). — É o trabalhador que, sob a orientação do oficial, executa trabalhos da sua profissão de menor responsabilidade.

Preparador auxiliar de trabalho. — É o trabalhador que, com base em elementos técnicos simples que lhe são fornecidos e sob a adequada orientação hierárquica, indica os modos operatórios, máquinas e ferramentas a utilizar, atribuindo tempo de execução constante das tabelas existentes.

Preparador de pintura. — É o trabalhador que prepara as superfícies para pintar, utilizando meios manuais, mecânicos, eléctricos ou outros, nomeadamente retira impurezas, gorduras ou óxidos. Pode aplicar vedantes e insonorizantes e ainda protecção à pintura.

Preparador-repositor. — É o trabalhador que prepara a execução de encomendas ou pedidos, separando as mercadorias ou materiais, através da nota respectiva. Repõe nos locais devidos os materiais ou mercadorias que dão entrada no armazém ou no estabelecimento.

Preparador de trabalho. — É o trabalhador que, utilizando elementos técnicos, estuda e estabelece os modos operatórios a utilizar com vista ao melhor aproveitamento da mão-de-obra, máquinas e materiais, podendo eventualmente atribuir tempos de execução e especificar máquinas e ferramentas.

Preparador técnico de sobresselentes e peças de reserva. — É o trabalhador que, com base em critérios e princípios que lhe são indicados, define existências de *stocks*, encargos de posse e riscos ou prejuízos derivados da sua ausência. Elabora pedidos para a compra de sobresselentes e peças de reserva com conhecimento de materiais a adquirir, sua função, natureza, origem, fontes de abastecimento, qualidade, prazo de entrega e hipótese de compra a fornecedores estrangeiros ou fabricação nacional. Vigia e rectifica o nível de *stocks* de material. Transfere materiais de conservação para *stocks* de armazém. Faz periodicamente o inventário do material requisitado e não levantado. Actualiza as fichas de material de conservação. Presta todos os esclarecimentos necessários para a identificação e demais características dos materiais pedidos. Recepciona

qualitativamente e eventualmente pode proceder à sua recepção quantitativa.

Preparador de tintas para linhas de montagem. — É o trabalhador que prepara e combina os produtos de pintura, adaptando-os às necessidades de cada sistema.

Programador de informática. — É o trabalhador que estabelece programas que se destinam a comandar operações de tratamento automático da informação por computador, recebe as especificações e instruções preparadas pelo analista, incluindo todos os dados elucidativos dos objectivos a atingir; prepara os ordi-nogramas e procede à codificação dos programas; escreve instruções para o computador; procede a testes para verificar a validade do programa e introduz-lhe alterações sempre que necessário; apresenta os resultados obtidos sob a forma de mapas, cartões perfurados, suportes magnéticos ou por outros processos. Pode fornecer instruções escritas para o pessoal encarregado de trabalhar com o computador.

Programador mecanográfico. — É o trabalhador que estabelece os programas de execução dos trabalhos mecanográficos para cada máquina ou conjunto de máquinas funcionando em interligação, segundo as directrizes recebidas dos técnicos mecanográficos ou dos analistas de sistemas; elabora organigramas de painéis e mapas de codificação; estabelece as fichas de dados e resultados.

Promotor de vendas. — É o trabalhador que, actuando em postos directos e indirectos de consumo, procede no sentido de esclarecer o mercado com o fim específico de incrementar as vendas.

Prospector de vendas. — É o trabalhador que verifica as possibilidades do mercado nos seus vários aspectos de gastos, poder aquisitivo e solvabilidade; observa os produtos ou serviços quanto à sua aceitação pelo público e a melhor maneira de os vender; estuda os meios mais eficazes de publicidade, de acordo com as características do público a que os produtos ou serviços se destinam, pode eventualmente organizar exposições.

Rebarbador. — É o trabalhador que regulariza superfícies ou peças metálicas vazadas, soldadas, forjadas, estampadas ou prensadas, utilizando ferramentas adequadas.

Rebitador. — É o trabalhador que, com auxílio de martelo manual ou pneumático, prensa hidráulica ou outras máquinas apropriadas, faz embutidos e encaixa rebites para a junção de elementos metálicos.

Recepcionista ou atendedor de oficina. — É o trabalhador que atende clientes, faz exame sumário das viaturas, máquinas, órgãos mecânicos ou produtos e elabora e encaminha para as diversas secções as notas dos trabalhos a executar, podendo proceder à verificação e ou demonstração das características e qualidades mecânicos daqueles ou das reparações efectuadas.

Recepcionista ou atendedor de «stand». — É o trabalhador que recebe clientes e dá explicações sobre

os veículos, transmitindo indicações que lhe são fornecidas; assiste na portaria, recebendo e atendendo visitantes que pretendam adquirir veículos, transmitindo posteriormente ao responsável pela secção ou ao vendedor a fim de efectivar as eventuais transacções.

Recepcionista de garagens. — É o trabalhador que atende os clientes e anota o serviço a efectuar, podendo, ocasionalmente, receber o valor dos serviços prestados.

Recepcionista de parques de estacionamento. — É o trabalhador que atende os clientes e anota alguma anomalia ou reclamação.

Rectificador mecânico. — É o trabalhador que, operando uma máquina de rectificar, executa trabalhos de rectificação de peças, trabalhando por desenho, peça modelo ou instruções que lhe forem fornecidas. Prepara a máquina e, se necessário, a ferramenta que utiliza.

Repuxador. — É o trabalhador que conduz um torno de repuxar utilizando ferramentas manuais para enformar chapas metálicas ou conduz máquinas automáticas ou semiautomáticas para o trabalho em série de enformar chapas metálicas por repuxagem.

Roupeiro. — É o trabalhador que, existindo rouparia, se ocupa do recebimento, encaminhamento adequado ou arrumação e distribuição das roupas e respectivos registos.

Secretário de direcção. — É o trabalhador que se ocupa do secretariado específico da administração ou direcção da empresa. Entre outras, competem-lhe normalmente as seguintes funções: redigir e dactilografar cartas, relatórios e outros textos e copiar directamente de minutas ou registos de máquinas de ditar; redigir actas das reuniões de trabalho; assegurar, por sua própria iniciativa, o trabalho de rotina diária do gabinete; providenciar pela realização das assembleias gerais, reuniões de trabalho, contratos e escrituras. Mantém o seu arquivo e ficheiros eficientes.

Serralheiro civil. — É o trabalhador que constrói e ou monta ou repara estruturas metálicas, tubos condutores de combustíveis, ar ou vapor, carroçarias de viaturas, atrelados, rehoques, andaimes para edifícios, pontes, navios, caldeiras, cofres e outras obras. Pode ser designado pelas tarefas específicas que executa, nomeadamente como serralheiro civil de carroçarias.

Serralheiro de ferramentas, moldes, cunhos e cortantes. — É o trabalhador que executa, monta e repara ferramentas, moldes, cunhos e cortantes metálicos utilizados para forjar, ponçar ou estampar materiais, dando-lhes forma. Trabalha por desenho ou peça modelo.

Serralheiro mecânico. — É o trabalhador que executa peças, monta, repara e conserva vários tipos de

máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, com excepção dos instrumentos de precisão e das instalações eléctricas.

Serralheiro de rastos. — É o trabalhador que, predominantemente, procede à execução e ou reparação de rastos e seus componentes, tais como roletes, rodas de guia, correntes e sapatas para máquinas de escavação, gruas e outras máquinas congêneres. Para o efeito interpreta desenhos e especificações técnicas e utiliza ferramentas e máquinas adequadas.

Servente. — É o trabalhador que exerce funções simples, indiferenciadas e não especificadas.

Servente de limpeza. — É o trabalhador cuja actividade consiste principalmente em proceder à limpeza das instalações da empresa.

Servente/trabalhador não especializado. — É o trabalhador que exerce funções simples, indiferenciadas e não especificadas.

Soldador de baixo ponto de fusão. — É o trabalhador que procede à ligação de elementos metálicos, aquecendo-os e aplicando-lhes solda apropriada em estado de fusão ou utilizando o ferro de soldar.

Soldador por electroarco ou oxi-acetilénico. — É o trabalhador que, pelos processos de soldadura de electroarco ou oxi-acetilénico, liga entre si os elementos ou conjuntos de peças de natureza metálica, podendo proceder a corte com eléctrodos especiais. Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que em máquinas automáticas ou semiautomáticas procedem à soldadura e ou enchimentos.

Soldador por pontos ou costura. — É o trabalhador que, utilizando equipamento apropriado, faz ligação de peças metálicas por processo aluminotérmico ou por resistência (pontos, costura e topo a topo). Incluem-se nesta profissão os trabalhadores que operem com uma máquina de fabricar rede soldada por pontos.

Subcheefe de secção. — É o trabalhador que coadjuva e assiste ao chefe de secção, podendo ainda executar as tarefas mais exigentes que competem ao escriturário.

Técnico avaliador. — É o trabalhador que tem a função de avaliar as viaturas propostas a transacção. Procede e auxilia os vendedores no escoamento das viaturas retomadas.

Técnico de «contrôle» de qualidade. — É o trabalhador que, possuindo reconhecidos conhecimentos técnicos relativos aos produtos fabricados ou não no sector ou local de trabalho onde exerce a sua actividade, procede a análises cuidadas do trabalho executados ou em execução, de modo a verificar se este corresponde às características técnicas da qualidade exigida, com o objectivo de eliminar os defeitos. Procura as suas causas e apresenta sugestões oportunas fundamentadas em relatórios, executando, se necessário, esboços ou *croquis*.

Técnico de electrónica industrial e ou telecomunicações. — É o trabalhador que monta, calibra, ensaia, conserva, detecta e repara avarias em toda a gama de aparelhagem electrónica industrial, *contrôle* analítico e telecomunicações em empresas ou nos locais de utilização. Guia-se normalmente por esquemas e outras especificações técnicas.

Técnico fabril. — É o trabalhador que tem por função organizar, adaptar e coordenar a planificação técnica fabril determinada pelos órgãos superiores. Poderá dirigir tecnicamente um ou mais sectores da produção e desempenhar as funções de coordenação no estudo de métodos ou projectos.

Técnico industrial. — É o trabalhador proveniente do grau máximo da sua profissão que, possuindo desenvolvidos conhecimentos técnico-profissionais, teóricos e práticos, adquiridos ao longo de uma experiência profissional, desempenha funções no campo de estudos e projectos, de electrónica, metalomecânica ou mecânica, ocupando-se de organização e ou coordenação e orientação de tarefas de maior especialização e responsabilização naqueles domínios, como seja a aplicação de tecnologias mais evoluídas, e ou presta assistência a profissionais de escalão superior no desempenho das funções destes. Pode dirigir tecnicamente um grupo de profissionais que o coadjuvam.

Técnico de prevenção. — É o trabalhador que tem por função superintender os serviços de higiene e segurança, e responsabilizar-se por todo o esquema de prevenção da empresa.

Técnico de «software». — É o trabalhador que analisa dispositivos ou técnicas desenvolvidas pelos fornecedores com vista a determinar a sua utilidade de exploração. Desenvolve regras ou conceitos de normalização de processos técnicos ou rotinas a utilizar pela programação ou operação. Analisa *software* base ou rotinas utilitárias dos fornecedores, verificando o interesse de divulgação ou aplicação no centro. Gere as bibliotecas de programas, rotinas utilitárias e manuais técnicos dos fornecedores.

Telefonista. — É a trabalhadora que presta serviço numa central telefónica, transmitindo aos telefones internos as chamadas recebidas e estabelecendo ligações internas ou para o exterior. Responde, se necessário, a pedidos de informações telefónicas. As categorias que correspondem a esta profissão serão atribuídas de acordo com as seguintes exigências: manipulação de aparelhos de comutação com capacidade superior a dezasseis postos suplementares; manipulação de aparelhos de comutação com capacidade igual ou inferior a dezasseis postos suplementares.

Temperador de metais. — É o trabalhador que, utilizando instalações de tratamentos térmicos ou outros meios adequados, a partir de diagramas de temperatura, instruções ou especificações técnicas pré-estabelecidas, procede ao tratamento térmico de ligas metálicas, nomeadamente têmpera, recozimento e revenido.

Tesoureiro. — É o trabalhador que dirige a tesouraria em escritórios em que haja departamento próprio. Coordena a gestão quotidiana dos fundos da em-

praca; conforme directrizes recebidas, nomeadamente os contactos com os bancos, estabelecimento de situações de tesouraria, emissão de meios de pagamento, *controlo* de prazos de pagamento; contacta com a clientela para assegurar o normal funcionamento das receitas da empresa. Verifica periodicamente as diversas caixas. Pode autorizar certas despesas e executar outras tarefas relacionadas com operações financeiras.

Tirocinante TD. — É o trabalhador que, coadjuvando os profissionais dos escalões superiores, faz tirocínio para ingresso nas categorias de TD imediatamente superior. A partir de orientações dadas e sem grande exigência de conhecimentos profissionais, executa os seus trabalhos em escalas rigorosas, tanto por decalque como por desenho próprio, redução ou ampliação. Executa tarefas da sua função sob directivas gerais definidas por profissionais mais qualificados.

Torneiro mecânico. — É o trabalhador que, operando em torno mecânico paralelo, vertical, de revólver ou de outro tipo, executa trabalhos de torneamento de peças, trabalhando por desenho ou peça modelo. Prepara a máquina e, se necessário, as ferramentas que utiliza.

Trabalhador de qualificação especializada. — É o trabalhador do primeiro escalão que, pelos seus conhecimentos técnicos, aptidão, experiência profissional e ou situações de polivalência no trabalho, desempenha predominantemente funções inerentes a grau de qualificação superior às exigidas à sua profissão. Será designado como «qualificado» e ser-lhe-á atribuído o grau de remuneração imediatamente superior.

Tradutor. — É o trabalhador que elabora traduções técnicas de língua estrangeira, retroverte para as mesmas línguas cartas e outros textos e traduz catálogos e artigos de revistas técnicas.

Vendedor. — É o trabalhador que promove e vende veículos automóveis, máquinas agrícolas e ou industriais, pneus, peças e acessórios, por conta exclusiva da entidade patronal, dentro e fora do estabelecimento.

Verificador de produtos adquiridos. — É o trabalhador que procede à verificação das dimensões e da qualidade dos materiais ou produtos adquiridos.

Vulcanizador. — É o trabalhador que tem como função executar, reparar, modificar ou montar peças em borracha ou materiais afins e ainda revestir peças metálicas.

Lisboa, 25 de Setembro de 1980.

Organizações patronais outorgantes:

Pela ACAP — Associação do Comércio Automóvel de Portugal:
(Assinatura ilegível.)

Pela AIM — Associação Industrial do Minho:
(Assinatura ilegível.)

Pela AIMA — Associação dos Industriais de Montagem de Automóveis:
(Assinatura ilegível.)

Pela ARAN — Associação do Ramo Automóvel do Norte:
(Assinatura ilegível.)

Pela ARAS — Associação dos Reparadores de Automóveis do Sul:
(Assinatura ilegível.)

Organizações sindicais outorgantes:

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:
Francisco Duarte.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros de Faro:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Leiria:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Beja:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Profissionais do Comércio e Serviços do Distrito de Évora:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo:
Mário de Jesus Belchior da Lança Corvalho.

Pela Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:
Francisco Duarte.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil e Madeiras:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Técnicos de Desenho:
Manuel António Mendes Negas.

Pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte:
Francisco Duarte.

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo:
Francisco Duarte.

Pela Federação dos Sindicatos das Indústrias Química e Farmacéutica de Portugal:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas:
Rui Azevedo Marques.

Pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares:
José Botisto de Oliveira.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Distrito de Lisboa:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Norte:
Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul:

Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e de Garagens do Distrito de Braga:

Francisco Duarte.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Sociais:

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Elétricas:

Rui Azevedo Marques.

Pelo Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Norte:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pela Fesintes — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Beja;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Bragança;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Évora;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Garagens, Postos de Abastecimento e Oficinas Correlativas do Centro e Sul;
Sindicato Livre dos Profissionais Rodoviários e Empregados em Garagens do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Coletivos do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Empregados em Garagens, Estações de Serviço, Stands de Automóveis e Oficinas Correlativas do Distrito de Aveiro.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços — Fesintes, representa as seguintes associações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Vila Real e Bragança;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viseu.

E por ser verdade se passa a presente declaração, que vai assinada por membro do secretariado desta Federação, autenticada com o selo branco em uso.

Porto e Sede da Fesintes, 27 de Agosto de 1980. —
Pelo Secretariado, *(Assinatura ilegível.)*

Lista

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo, Beja e Évora.

Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro.

Sindicato dos Metalúrgicos de Braga.

Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Distrito de Bragança.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Distrito de Coimbra.

Sindicato dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Faro.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Funchal.

Sindicato dos Operários Metalúrgicos do Distrito da Guarda.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa.

Sindicato dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Portalegre.

Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito do Porto.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo.

Sindicato dos Metalúrgicos de Viseu.

Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Oficinas Correlativas do Distrito de Vila Real.

Depositado em 10 de Outubro de 1980, a fl. 94 do livro n.º 2, com o n.º 276/80, nos termos do artigo 24.º do Decreto n.º 519-C1/79.